

Luciana de Castro Álvares

**Famílias monoparentais femininas:
um olhar sobre este arranjo familiar
na cidade de Uberaba – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr. Pe. Mário José Filho

Franca

2003

Luciana de Castro Álvares

**Famílias monoparentais femininas:
um olhar sobre este arranjo familiar
na cidade de Uberaba – MG**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Franca, ____ de _____ de 2003.

“Aqueles que amam e que através de suas ações e reflexões tentam fazer deste mundo um universo de paz e harmonia, onde as diferenças, se complementam, como peças de um quebra-cabeça.”

Luciana de Castro Álvares

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tão somente dizer muito obrigado, é falar dos momentos únicos e singulares, compartilhados e vividos com tantas pessoas durante este período de estudo.

É rever os momentos de incertezas, dúvidas, dificuldade, das horas e finais de semana dedicados ao estudo e reflexão, das conquistas pessoais e profissionais, e perceber que ao final, o esforço se multiplicou e rendeu muitos frutos.

É expressar sentimentos de alegria, gratidão e amor:

A Deus, pela Dom da Vida, pelas oportunidades, pela força, fé e coragem, nos momentos difíceis.

Ao nosso querido orientador, que nos incentivou a perseverar e foi o propiciador do crescimento profissional e intelectual,

Ao esposo, amigos e a família pela compreensão nos momentos de ausência e de pouca disponibilidade que foram dedicados a uma causa também nobre: a de aprimoração intelectual,

Aos nossos entrevistados, que através do ato da partilha, nos permitiram adentrar em seu universo de vida, desnudando suas riquezas e permitindo a descoberta de novos horizontes.

Este trabalho, também é dedicado a vocês.

Luciana de Castro Álvares

RESUMO

Dados historiográficos sobre a instituição familiar no Brasil revelam que, paralelamente às famílias burguesa e patriarcal, modelos familiares considerados padrões no país, coexistiu uma diversidade de arranjos familiares que não eram reconhecidos oficialmente como famílias, dentre eles as famílias monoparentais femininas. A formação da família brasileira e, as suas configurações familiares na atualidade, enfocando a família monoparental feminina é o tema abordado por este estudo. A constituição da família brasileira contou com a colaboração de vários povos resultando numa variedade étnica e cultural, influenciando os hábitos, costumes e valores da família contemporânea. Além do legado histórico-cultural, a instituição familiar é influenciada pela conjuntura sócio-econômica e política da sociedade. A família monoparental feminina se insere nesse contexto, apresentando porém algumas particularidades. Para adentrar no universo das famílias monoparentais femininas, buscando desvendar as relações intra e extra-familiares, a sua rotina e seus valores utilizamos como aporte científico a pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com cinco mães-chefes de família que, através de seus 'olhares' relataram sobre diversos aspectos de seu cotidiano: trabalho, organizações governamentais e não-governamentais, participação da família ampliada na interação monoparental, paternidade e socialização. Nessa configuração familiar, as mulheres assumem a global responsabilidade dos cuidados com os filhos, sendo a mãe-chefe de família a principal provedora econômica e a promotora da educação e socialização dos filhos. O pai permanece uma figura distante da interação monoparental, porém há um chamado para a construção do lugar de um pai mais presente e participante nas relações pai-filho, visto que as mães apontam como principal função paterna a psicológica, que seria o envolvimento afetivo-emocional dos pais com os filhos. A dificuldade financeira e, o fato de assumirem sozinhas o direcionamento do lar, são os principais pontos dificultadores da mãe-chefe de família. Esse trabalho é apenas o início de uma discussão sobre o rico universo das famílias monoparentais femininas e, apresenta a pretensão de lançar sementes para que novas reflexões sejam realizadas sobre esta temática.

ABSTRACT

Historiographical data about the familiar institution in Brazil reveal that parallelly the bourgeois and patriarchal families, familiar models considered as standard in the country coexisted a diversity of familiar arrangements that were not officially recognized as families, among them the monoparentals feminine. The structure of the Brazilian family and her familiar configurations in the present, focusing a feminine monoparental family is the broaching in this subject. The constitution of the Brazilian family received the collaboration of many different people resulting in an ethnic and cultural variety, influencing the habits, customs and values of the contemporanian family. Besides the historic-cultural legacy, the familiar institution is also influenced by the political, social-economical conjuncture of the society. The feminine monoparental family is adapted in the context, but has some particularities. To enter the universe of the feminine monoparentals families, trying to reveal the inter and extra-familiar relationships and her routine and values, we make use as scientific the qualitative research. It was realized interviews with five mother-chiefs of families that through their point of views related the different aspects of their everyday life, work, governamental and non-governamental organizations, participation of the amplified family in the monoparental interaction, paternity and socialization. In this familiar configuration, women assume a global responsibility about the care of the children, being the mother-chief of the family and the principal economical prover and the supporter of the education and socialization of them (children). The father, remains a distant figure of this monoparental interaction, but there is a call to construct a place for a more present father, a father who participates of the relationships between father-son, for the mothers mention as the main patern function the psychological importance, which influences the emotional and affective involvement between fathers and sons. The financial difficulty and, the fact of assuming alone the administration of the home, represents the main points of difficulties of the mother-chief of family. This work is only the beginning of a discussion about the rich universe of the feminine monoparentals families and, presents the pretention of throwing seeds so that new reflections be realized about this theme.

SUMÁRIO

Resumo	05
Abstract	06
Introdução	10
Capítulo I “Família brasileira - Um pouco de história”	
1.1 A formação da família brasileira	15
1.2 Família indígena	16
1.3 Família escrava	21
1.4 Família patriarcal	23
1.5 Família nas Minas Gerais	26
1.6 As famílias paulista e do sul família escrava	30
1.7 Família burguesa	32
1.8 Família dos anos 50	37
Capítulo II “A família na atualidade”	
2.1 Conceito de família	40
2.2 Funções da família	43
2.3 Família contemporânea	46
2.4 Família e Estado	48
2.5 Família e trabalho	55
2.6 Família pobres e seus diversos aspectos	59
Capítulo III “Família monoparental feminina”	
3.1 Trabalhando conceitos	65
3.2 Famílias chefiadas por mulheres no âmbito mundial	66
3.3 Famílias chefiadas por mulheres no Brasil	68
3.4 Algumas faces da família monoparental feminina pobre ...	70

Capítulo IV “O pai e a paternidade”

4.1 Sobre o universo masculino e a paternidade	74
4.2 A importância do pai	77
4.3 O distanciamento paterno : um legado sócio- histórico?	80
4.4 Alguns estudos sobre a ausência do pai	84
4.5 O âmbito Jurídico	88

Capítulo V “Pesquisando...”

5.1 Uberaba: um breve histórico	91
5.2 Metodologia	93
5.3 Caracterização do universo de pesquisa	96
5.4 Os sujeitos da pesquisa	100

Capítulo VI “Análise de dados”

6.1 O perfil e a ‘fala` das mulheres chefes de família entrevistadas	103
6.1.1 Síntese das trajetórias de vida	107
6.2 Participação da família de origem e da família ampliada na dinâmica familiar monoparental feminina	108
6.3 O trabalho	112
6.4 Recursos de organizações governamentais e não governamentais utilizados pelas famílias	116
6.5 A participação do pai na interação familiar monoparental feminina	119
6.5.1 Participação dos pais no contexto familiar	120
6.5.2 A Justiça	122
6.5.3 Importância do pai sob o olhar da mãe	125
6.5.4 A falta do pai	127
6.6 Ser chefe de família	129

6.7 A socialização	131
Considerações finais	134
Referências Bibliográficas	139
Anexo I - Roteiro de Perguntas	149
Anexo II - Autorização	151

Introdução

[...] a escolha de um tema não emerge espontaneamente da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 2000, p. 90).

A constituição das famílias no Brasil, as metamorfoses ocorridas no âmbito familiar e as configurações familiares atuais, destacando-se a família monoparental feminina é o tema abordado por este trabalho.

Frente ao aumento gradativo do número de famílias monoparentais femininas nos últimos anos, prevaleceu no senso comum a ocorrência de um fenômeno social novo, gestado nas complexas tramas da sociedade atual. Porém, através de uma análise histórica detectou-se a existência de famílias monoparentais femininas desde o início da colonização do país, permanecendo, entretanto, essa configuração familiar na obscuridade.

A relevância desse tema se justifica pela existência de poucos estudos realizados sobre as famílias monoparentais femininas, revestindo este trabalho de grande significância para uma melhor compreensão desse arranjo familiar e suas particularidades.

O interesse por este campo de pesquisa despertou através da lida diária com as famílias de crianças que freqüentavam as creches municipais da cidade de Uberaba, no estado de Minas Gerais. Uma parcela considerável dessas famílias tinha a especificidade de não possuir a figura do cônjuge masculino no ambiente

doméstico. Eram famílias em que a figura feminina, supostamente, abarcava as responsabilidades da educação, sustento material e apoio sócio-afetivo às crianças presentes no domicílio.

É interessante que, após analisar a história de nossa vida descrita no memorial, o prezado orientador identificou uma semelhança com o tema estudado: a ausência periódica do pai no ambiente doméstico, devido a imperativos do trabalho, durante o período da infância, contribuindo para o aumento da participação e das responsabilidades da mãe na dinâmica familiar.

Desse modo, acredita-se que o interesse por este tema já havia nascido, permanecendo em estado latente até ser despertado através da prática cotidiana com as famílias.

Para apresentar o presente trabalho, realizou-se uma vasta revisão bibliográfica sobre o assunto. Autores como Engels, Ariés, Poster, entre outros, foram lidos e auxiliaram a sedimentar uma base sólida sobre a historicidade da família desde sua forma mais primitiva e as suas transformações no tempo, devido a fatores históricos, sócio-político-econômicos e culturais e segundo as peculiaridades de cada sociedade.

Vários textos, livros e dissertações abordam com muita propriedade a formação da instituição familiar desde seus primórdios, desse modo, em nosso enfoque teórico, optou-se por não trabalhar a história da família em seu aspecto mais amplo, priorizando a formação da família brasileira.

O primeiro capítulo refere-se a um estudo bibliográfico sobre a constituição da família brasileira. O tema não foi aprofundado, por ser um assunto que ainda é

estudado por historiadores e sociólogos, além de exigir profundos conhecimentos sobre outras ciências. Também, não foram abordadas todas as raças e povos que coabitaram esta terra, desde o início sua colonização, entretanto, procurou-se oferecer uma breve síntese sobre a formação e o modo de vida da família brasileira desde o período colonial, buscando delinear a contribuição multi-étnica e cultural na formação da sociedade brasileira.

No segundo capítulo, apresenta-se o conceito de família, suas funções e as configurações da família contemporânea, contextualizando-a na realidade sócio-política e econômica atual. A família instituição participante da sociedade é afetada pelas decisões e ações estatais, através das políticas econômicas e sociais. Destaca-se a influência que o Estado e as políticas públicas vigentes ocasionam no âmbito familiar, considerando que as estratégias estatais adotadas atingem as relações trabalhistas, o mercado de trabalho e o salário, incidindo diretamente na unidade familiar.

No terceiro capítulo, apresenta-se um estudo mais aprofundado sobre a configuração familiar monoparental feminina .

No quarto capítulo, reflete-se sobre a paternidade, seus mitos, a importância e as conseqüências da ausência paterna nas relações familiares .

No quinto momento, descreve-se a cidade de Uberaba, contextualizando o universo onde foi realizada a pesquisa. A metodologia adotada para a realização do trabalho científico foi a pesquisa qualitativa, sendo utilizada a entrevista para a coleta dos dados.

Percorrido esse caminho, efetuou-se a análise dos dados relevantes, relacionando-os com a teoria, buscando com o olhar investigador e crítico respostas aos questionamentos que acompanharam as reflexões investigativas

As reflexões apresentadas nas considerações finais, encerram a apresentação deste trabalho.

É na busca do desconhecido, no desvelamento de novas verdades que o ser humano se constrói e reconstrói, superando cada vez mais as suas limitações, e alçando vôos cada vez mais altos para a imensidão do universo do Saber.

CAPÍTULO I

“FAMÍLIA BRASILEIRA

UM POUCO DE HISTÓRIA”

1.1 A formação da família brasileira

A formação da família brasileira teve a participação de vários povos que, através de sua etnia, história, cultura, crenças e costumes, geraram a nação brasileira, resultando uma diversidade étnico-cultural.

Portugal, investindo na expansão marítima, visando a conquista de terras, a formação de colônias além-mar para a exploração de riquezas, chega ao Brasil, inicialmente chamado de Terra de Vera Cruz, em 1500. O país, na época, era habitado por tribos indígenas que possuíam cultura própria e organização familiar e social.

A grande extensão territorial do Brasil dificultava a sua colonização. A colônia foi abandonada por praticamente trinta anos, sofrendo a invasão de franceses interessados no comércio do pau-brasil.

A preocupação portuguesa em estabelecer o seu domínio nas novas terras conquistadas propiciou a exploração e a ocupação das mesmas pelos colonos. Os portugueses, objetivando o lucro, iniciaram as atividades econômicas, sendo a primeira delas a extração do pau-brasil. As riquezas e possibilidades encontradas no Brasil atraíram o interesse de outros povos: franceses, espanhóis, holandeses e ingleses que, juntamente com os portugueses, começaram a habitar o país, cada qual trazendo seus hábitos, culturas, crenças e modos de viver, contribuindo para a construção da identidade brasileira.

Na história da constituição da família brasileira há dois modelos principais que influenciaram a sua formação, principalmente enquanto aparelho ideológico do imaginário coletivo, são eles: a família patriarcal, modelo instaurado no Brasil

colônia, e a família burguesa. Esses modelos, por muito tempo, vigoraram como os únicos existentes na sociedade brasileira.

Paralelamente à época da colonização, existiam outros arranjos familiares, advindos das classes sociais mais pobres e dos escravos que, por não terem influenciado ideologicamente a concepção de família e, também, por não possuírem o poder, a riqueza e a força política, pouco se destacaram na história social da família brasileira. Segundo Neder:

[...] as **famílias-padrão** (quer se tome por base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem **ibérica**, quer então o modelo 'higiênico' e moralista da família burguesa de inspiração **vitoriana**, introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos deste século) convivem no acontecer social com **outras famílias**, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas, etc) (2001, p.27, grifo do autor).

Neste trabalho, pretende-se delinear o perfil de alguns povos que habitaram o Brasil desde o início de sua colonização e que, através de sua cultura nativa, suas histórias e experiências, contribuíram historicamente para a formação da família brasileira.

1.2 Família indígena

Na época do descobrimento do Brasil, as principais tribos indígenas que viviam na região eram: Tupi-guarani - tribo que habitava o litoral e várias regiões interioranas; Nuaruaque - localizava-se em parte da Bacia Amazônica até os Andes; os Caraíbas que ocupavam o norte da Bacia Amazônica e os Jê ou Tapuia que habitavam o Planalto Central.

As tribos eram formadas por várias famílias que possuíam a mesma língua e os mesmos costumes. Cada tribo possuía sua forma particular de organização social e de modo de vida, porém havia características comuns entre elas, dentre as quais pode-se ressaltar: a constituição de moradias coletivas denominadas ocas, onde moravam cerca de cinquenta a duzentos índios. As ocas se distribuíam em torno de um grande círculo, cujo centro os índios reservavam para realizar seus rituais, cerimônias e festas. A terra era um bem comum a todos. Não havia organização econômica entre índios, tudo pertencia a todos. A alimentação era proveniente da caça, dos frutos e raízes.

No início da colonização as relações entre os índios e os portugueses eram amigáveis, visto que estes últimos necessitavam do índio para proteger a terra e trabalhar na extração do pau-brasil. Com o passar do tempo, aumentou o número de colonizadores em suas terras e os índios começaram a reagir, ocorrendo grande extermínio da raça. Muitos índios foram escravizados nessa época, para servirem de mão-de-obra em lavouras.

Os índios conviviam com os brancos e os escravos. Da miscigenação entre essas raças nasceram vários mestiços. Entre eles, pode-se citar: os caboclos ou mamelucos, filhos de brancos com indígenas, e os mulatos, filhos de brancos com negros.

Alguns relatos sobre a família indígena são descritos por viajantes que percorreram o Brasil, durante o período colonial, nos séculos XVI e XVII, e que observaram a cultura e os hábitos dessa sociedade. Tais relatos retratam os fatos percebidos através de uma visão européia sobre o povo indígena brasileiro.

Raminelli (2001), em seu texto *Eva Tupinambá*, retrata a tribo indígena Tupinambá, que possuía hábitos de canibalismo. Os Tupis (Tupinambá e os Tupiniquins), habitavam o litoral e foram as tribos com as quais os colonizadores fizeram os primeiros contatos.

Durante o nascimento de uma criança tupinambá, era solicitada a presença de todas as mulheres da tribo. O pai auxiliava no nascimento da criança, possuindo um papel importante quando havia dificuldades durante o parto, pois ele é que apertava o ventre da esposa a fim de facilitar o nascimento. Se o recém-nascido fosse do sexo masculino, o pai cortava o cordão umbilical com os dentes ou com pedras pontiagudas, se fosse do sexo feminino, era a mãe que se incumbia dos pequenos cuidados.

O ritual do nascimento pressupunha ainda que as crianças fossem lavadas no rio e tivessem o nariz achatado com o polegar do pai. Em seguida os recém-nascidos eram secados, besuntados de óleo, pintados, estando prontos para serem encaminhados para uma cerimônia denominada *'itamongavu'*, que destinava a trazer bons presságios para a criança e seu desenvolvimento.

Além do resguardo materno, havia o resguardo paterno que terminava quando o umbigo do bebê caísse. Durante alguns dias pós o nascimento da criança, os pais não exerciam nenhum trabalho e esperavam o umbigo de seus filhos cair, sob pena de as crianças sofrerem fortes dores no ventre. O período de amamentação era de aproximadamente um ano e meio.

No sexo feminino, a primeira menstruação era o marco da passagem da etapa infantil para a adulta e indicava, também, que em breve a mulher poderia se casar.

Não era permitido o casamento entre pais e filhos e entre irmãos, porém tios poderiam se casar com as sobrinhas. Para a realização do enlace matrimonial não era necessária nenhuma cerimônia ou ritual específico, apenas que a mulher aceitasse o pedido de casamento do parceiro e que, após a anuência desta, o companheiro se dirigisse ao pai ou responsável para obter a permissão para o casamento. Caso obtivesse o consentimento, já estava consumado o matrimônio.

A ruptura do casamento poderia ocorrer por qualquer uma das partes, sem grandes complicações. A maior parte dos casamentos indígenas era monogâmica, porém os guerreiros reconhecidos na tribo e caciques poderiam ter mais de uma esposa, sendo tal fato considerado sinônimo de prestígio.

Quando ocorria a viuvez de uma tupinambá, o irmão mais velho, ou, na falta deste, um parente mais próximo do marido, deveria desposar a viúva. Na ausência, ou na morte do pai, os tios paternos é que desempenhavam a função paterna. Os costumes dessa tribo prescreviam, também, que a filha da viúva, deveria se casar com seu tio materno, ou, na falta deste, com o parente mais próximo da família materna.

A virgindade não era considerada como um `valor` para os indígenas. Muitas mulheres casavam-se após manterem relações sexuais. Porém, após o casamento deveriam ser fiéis, pois o adultério feminino era extremamente condenado nessa cultura. As mulheres adúlteras poderiam ser expulsas por seus maridos, e até mortas.

Os papéis sexuais eram definidos aproximadamente após os sete anos, quando as meninas começavam a auxiliar suas mães nas tarefas domésticas: amassar barro

para confeccionar utensílios, fiar algodão. Já, os meninos começavam a se adaptar aos instrumentos de caça: arcos e flechas.

Na faixa etária compreendida entre sete a quinze anos, os meninos já possuíam a função de conseguir comida, demonstrando os ensinamentos sobre caça transmitidos por seu genitores, participando, assim, do grupo masculino de sua tribo. Por sua vez, as mulheres deveriam ser capazes de desempenhar todas as atividades determinadas para o sexo feminino: preparar a alimentação, fiar, confeccionar redes, produzir vinho e farinha e cuidar da roça. Ao atingirem a faixa etária de quinze a vinte e cinco anos, as moças estavam aptas a se casar, pois estava completa a fase de aprendizagem dos deveres que a mulher indígena deveria desempenhar.

Silva retrata as controvérsias existentes entre os estudos dos antropólogos e os registros realizados por Jesuítas, no século XVI, sobre o sistema matrimonial indígena:

[...] enquanto os primeiros reconhecem a existência de um casamento preferencial e, por outro lado, a proibição de certas uniões (o que pressupõe um sistema de regras), os segundos, embora aludam, em suas cartas e informações, às duas questões, tiram-lhes todo o peso para acentuar apenas a poligamia e a escolha do cônjuge em função de necessidades unicamente naturais (instinto sexual e instinto de sobrevivência) (1984, p.31).

Os Jesuítas desejavam disciplinar as relações matrimoniais nas tribos indígenas, através da substituição das práticas poligâmicas pela monogamia, reunindo vários esforços na época em prol desse objetivo, não reconhecendo as organizações e os rituais próprios dessa sociedade.

1.3 Família escrava

Têm-se indícios de que, no Brasil, na cidade de São Vicente, a primeira vila de população branca, na data de 1533, já existia a presença de escravos. Porém, é a partir do ano de 1559 que a escravidão se instaura na colônia (SOARES, 2001).

Os negros, trazidos para o Brasil em navios negreiros, através de contrabando, eram ‘arrancados’ de suas famílias, de sua cultura e costumes, sendo condicionados a incorporar outra cultura, outro modelo familiar, língua e hábitos, ocasionando a perda de suas raízes e tradições. Eram subumanas as instalações dos africanos nos navios negreiros:

[...] doenças, a desnutrição, as escoriações causadas por acomodações absurdamente precárias, a morte, enfim, todos os mais cruéis atos praticados contra os seres humanos, que eram considerados, na realidade, moeda e motivo de enriquecimento para os brancos (SOARES, 2001, p.71).

O tráfico de escravos tornou-se uma prática capaz de gerar lucro e renda. A escravidão era viável devido à grande extensão territorial do país, que necessitava de mão-de-obra para trabalhar, somada à lucratividade do comércio de escravos.

No Brasil, os negros, antes livres, tornavam-se escravos. Eram vendidos e negociados aos ‘Senhores da Terra’ e compelidos a trabalhar forçosamente em grandes latifúndios açucareiros e a desempenhar as mais diversas funções. O escravo era considerado propriedade do homem branco, tendo sua vontade subordinada ao mando do seu senhor e o trabalho realizado sob força e coação.

Os primeiros escravos trazidos pelos colonizadores, importados da África em navios cargueiros, não possuíam nome e nem sobrenome nesta terra nova, pois haviam sido apartados de sua família e de sua gente. Só adquiriam o direito de

possuir um sobrenome, após conquistarem a liberdade ou alforria e, geralmente, escolhiam o sobrenome de seu ex-dono, caso o mesmo concordasse, ou de algum santo de sua devoção.

Para os escravos, não havia o reconhecimento de sua condição humana, eram considerados como um objeto, uma propriedade de seus donos, que poderia ser vendida, alugada ou doada.

Ao homem escravo, era determinado o trabalho e a reprodução biológica, não sendo permitido que se dedicasse à criação de seus filhos. Para os proprietários não era interessante que o escravo dispendesse tempo e energia com sua prole, pois deveria garantir a produção do senhor. Desse modo, o pai-escravo era uma figura ausente no convívio familiar. A mulher escrava era a referência na família, dividindo seu tempo entre o trabalho e a educação dos seus filhos, também escravos.

Isolada do pai natural, desconhecido, afastada do pai de eleição, aquele senhor agora distante, a criança-escrava encontra numa família ampliada, a numerosa família de negros no trabalho, os pontos de referência necessários ao seu equilíbrio emocional rompido. Nessa comunidade negra de linhagens perdidas, forjam - se alianças, novos compadrios, vínculos religiosos (MATTOSO apud NEDER, 1988, p.42).

No Brasil, os senhores não respeitavam as organizações familiares e os laços de parentesco constituídos pelos escravos. Estes eram subjugados a várias perdas de vínculos afetivos e familiares, devido à venda, à preferência de aquisição de escravos do sexo masculino por parte dos senhores e ao abandono de crianças escravas.

O casamento de escravos era apoiado pela legislação do Concílio de Trento. Este, poderia ser realizado entre escravos ou entre escravos e pessoas livres, sem impedimento de seus senhores e sem que um dos cônjuges pudesse ser vendido sem o outro. Porém, os senhores criavam obstáculos a estes matrimônios, com algumas justificativas, entre elas, a de que os escravos não conseguiriam observar o preceito da monogamia, devido à sua condição

sexual promíscua. No entanto, quando apoiavam tal ato, acabavam por fixar ainda mais o escravo à terra (SOARES, 2001, p.78).

Através desse perpasso histórico, podemos verificar como se constituiu a família escrava no Brasil: fragmentada, discriminada, sem direitos e com um objetivo - servir ao homem-branco.

1.4 Família patriarcal

A família patriarcal, modelo apresentado por Gilberto Freyre em sua obra 'Casa Grande e Senzala' e que esteve presente nos séculos XVI ao XIX, era composta principalmente pelo patriarca, sua esposa, filhos legítimos, abarcando também os parentes, serviçais e escravos.

Nesse arranjo familiar, a figura do poder e da autoridade estava centrada no chefe de família, o patriarca, que tinha como incumbência o controle dos negócios, o sustento material da família, a manutenção da 'ordem' familiar, primando pela indissolubilidade do patrimônio e centralização do poder. A sinhazinha, denominação dada à mulher da família patriarcal, apresentava como características a docilidade e a mansuetude, possuindo atribuições voltadas para o ambiente doméstico.

Esse modelo familiar era encontrado principalmente nos latifúndios que, nessa época, baseavam-se em matrizes escravocratas e na monocultura (produção açucareira), ocorrendo com maior predominância no nordeste do país. Essas famílias desempenhavam funções econômica e política e exerciam influências sobre a Igreja, instituições econômicas e poderes locais.

O casamento era a forma de regulamentar e constituir novas famílias. Não possuía como objetivos a união devido a um sentimento afetivo, à procriação e à satisfação sexual, visto que geralmente os senhores procuravam tal satisfação em relações clandestinas e concubinatos. Para a concretização do matrimônio, os cônjuges eram escolhidos pelos seus pais, segundo acordos de conveniência, visando a manutenção do poder, estatus e riqueza familiar.

O casamento intimamente ligado às questões de 'status', destacava a importância da fortuna e da pureza do sangue. A família, longe de constituir um espaço de procriação ou satisfação sexual uma vez que geralmente isso acontecia fora do espaço familiar - era formada não necessariamente com base em relações afetivas, e sim, na tentativa de aumentar os privilégios e poderes. Nesse período, então, eram frequentes as uniões com fortes matizes incestuosos, primos entre si, tios e sobrinhos (FILHO, 1998, p.33).

À família patriarcal, também conhecida como família extensa, agregavam-se outros indivíduos que possuíam laços de amizade, parentesco ou de lealdade e pertencimento com o senhor da propriedade. São eles: escravos, filhos ilegítimos ou adotados, parentes, afilhados, sendo que a quantidade de pessoas sob a influência do patriarca era considerada sinônimo de prestígio (SAMARA, 1986).

O patriarca deveria cuidar dos negócios familiares e zelar pela honra familiar e a preservação de sua linhagem. A mulher era submissa ao esposo, que também possuía autoridade sobre seus filhos e demais agregados que estavam sob sua proteção.

As mulheres possuíam a incumbência de cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e do marido, sendo que passavam da tutela do pai, quando solteiras, para a do esposo, quando casadas.

No sertão nordestino do século XIX, formou-se então uma sociedade que teve em suas bases o sistema patriarcal e que deixou como legado uma hierarquia rígida e uma grande estratificação social: entre senhores e escravos; racial: entre brancos e pardos; e econômica: entre ricos, pobres e escravos (FALCI, 2001, p.242).

As mulheres pertencentes à classe social mais abastada eram orientadas a realizarem o papel materno, cuidados com o lar e com os filhos. As oriundas de classes sociais mais pobres geralmente tinham que trabalhar como rendeiras, lavadeiras, fiadeiras, costureiras ou roceiras, entre outras atividades, para auxiliar no sustento de seu lar, fato que, às vezes, provocava estranheza em uma sociedade em que cabia ao homem a função de provedor e a dedicação da mulher somente ao seu lar.

Os casamentos ocorriam cedo para as mulheres. Geralmente, após a primeira menstruação, os pais procuravam providenciar um futuro genro que poderia desposar sua filha. No sertão nordestino, o casamento das classes mais abastadas era prioritariamente um compromisso selado entre as famílias, buscando o fortalecimento dos vínculos de amizade e dos interesses econômicos e políticos. Era costume que a filha mais velha se casasse primeiro e, juntamente com o casamento, o pai da noiva oferecia um dote ao genro. Nas classes mais empobrecidas, o casamento geralmente não era combinado entre as famílias e, também, a noiva não possuía um dote.

Autores como Samara (1986), Correa (1993), em seus trabalhos, estudam profundamente a formação da família brasileira desmistificando que a família

patriarcal foi o modelo predominante no Brasil colonial, sendo que a mesma coexistiu com vários outros modelos familiares e modos de vida.

1.5 Família nas Minas Gerais

O século XVIII foi marcado pela mineração e extração de ouro e diamantes nas regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Nas Minas Gerais, as relações familiares se diferenciavam do modelo patriarcal, escrito por Gilberto Freyre e encontrado predominantemente no nordeste brasileiro, não sendo também assegurado o poder absoluto dos senhores e patriarcas, pois as relações entre escravos e senhores também eram diferenciadas. Essa diferença devia-se ao contexto sócio-econômico e cultural da região, que possuía um perfil urbano, pois a mineração imprimia que o funcionamento e a estruturação do Estado se regesse por normas e bases que atendessem as necessidades dessa realidade.

Segundo Figueiredo (2001), as mulheres mineiras pertencentes às camadas mais pobres da população trabalhavam para prover o sustento material, exercendo atividades de cozinheiras, rendeiras, costureiras e, ainda, algumas compartilhavam as funções com o sexo masculino nas profissões de: tecelagem, alfaiataria e panificação. Na prática da mineração, encontravam-se escravas que participavam no processo, possuindo a atribuição de carregar gamelas contendo pedras para serem lavadas.

Algumas mulheres conseguiam a concessão de terras, para isso necessitavam de cumprir todos os requisitos impostos ao sexo masculino, sendo um deles a posse de um número satisfatório de escravos. Era necessário, também, obter a autorização

do marido ou do pai, para obter a concessão de terras. Essas mulheres exerciam a função de roceiras, cuidando de criações, lavouras e produzindo gêneros alimentícios para o consumo local.

As mulheres também exerciam a atividade de comércio ambulante em vilas e cidades. Tal atividade exercida pelas mulheres era motivo de preocupação das autoridades locais no Brasil colonial, pois o comércio na área de mineração propiciava que os escravos que trabalhavam no local extraviassem o ouro, a fim de adquirir bebidas e alimentos, além de facilitar o contrabando de ouro e diamantes, a prostituição e a articulação com quilombos. Por outro lado, essa rede de mulheres trabalhadoras abastecia as necessidades de consumo da população que habitava vilas e lugarejos e gerava recursos financeiros para a administração local, através do cobrança de impostos (FIGUEIREDO, 2001).

Apesar da repressão que se formou no século XVIII em Minas Gerais, o comércio expandiu-se e era cada vez mais controlado e administrado por mulheres.

Assim, começa-se lentamente a vislumbrar mais uma das tantas faces da mulher mineira. Nesse perfil estavam principalmente mulheres forras em condição, sendo que a proporção das escravas em relação a elas girava em torno de 15% ao longo do século. Deduz-se que era uma atividade fundamental para mulheres que um dia conseguiram escapar da escravidão e puderam manter a sobrevivência de suas famílias (FIGUEIREDO, 2001, p.150).

O autor descreve que no período colonial do século XVIII, a maior parte das famílias nas Minas Gerais, como em outras regiões do país, eram constituídas através de uniões livres e consensuais dos casais, sem um compromisso formal e sem a oficialização da Igreja. Esse fato estabelecia um conflito entre a família e os padrões

de normas e comportamentos do Estado e da Igreja, sendo que estes últimos procuravam arregimentar formas para a legalização das uniões.

Algumas uniões eram formadas por emigrantes que deixavam suas famílias, em busca de uma vida melhor, prometendo retornar para o âmbito familiar quando estivesse em situação mais estável. Porém, alguns emigrantes não retornavam e envolviam-se com índias nativas, ou outras mulheres, devido a escassez de mulheres portuguesas, através de uniões consensuais, esquecendo-se dos laços matrimoniais contraídos anteriormente.

Com o passar dos anos e a gradual consolidação do sistema colonial, as uniões livres não apenas se generalizariam como também seriam mescladas pela incorporação da população de origem africana. A miscigenação cedo definiria a presença marcante do mestiço na composição da sociedade, e a família legítima de preferência envolvendo casais brancos, permaneceria como um projeto cada vez mais inalcançável (FIGUEIREDO, 2001, p.166).

Uma das preocupações da Coroa era disciplinar a população vivente neste local. A legalização das uniões livres, o incentivo ao casamento eram vistos como meio de viabilizar um convívio social pacífico e harmonioso. “A expansão das famílias legítimas, peça vital da paz social que deveria sustentar o funcionamento do sistema colonial, passaria desde então a constituir um dos objetos centrais da ação do Estado” (FIGUEIREDO, 2001, p.167). Porém, apesar dos esforços investidos em se legitimar as uniões consensuais, estas eram as predominantes na população mineira das camadas populares.

O convívio familiar nas uniões ilegítimas apresentava traços oscilantes entre dois extremos que se confundiam: a excessiva violência ou o amor excessivo. Na convivência entre homens e mulheres das comunidades mineiras seriam evidenciadas condutas firmadas em um cotidiano no qual os padrões da Igreja pouco participariam. Nesse sentido revelariam uma ordem familiar com conflito às vezes bem violentos, mulheres pouco passivas em seus papéis,

atitudes de estabilidade contrárias à ordem escravista e comprovações extremadas de afeto (FIGUEIREDO, 2001, p.175).

O casamento entre brancos, era incentivado, visando perpetuar a pureza da raça, e os interesses nas relações colônia-metrópole. Nessa época, havia segregação racial, o mestiço era rotulado como desqualificado, baderneiro e indisciplinado, mesmo sendo considerado livre. Desse modo, não podia exercer funções de relevância pública ou social na comunidade.

A presença de crianças era comum nas famílias, apesar da alta taxa de mortalidade infantil nesse período, decorrente das precárias condições de vida da população.

A divisão de papéis sexuais nas uniões consensuais permitia uma maior participação da mulher do que nas uniões legitimadas. Independentemente da presença ou ausência do companheiro, as mulheres participavam dos negócios, do comércio e também da administração de sua residência.

Ao que tudo indica, entre as camadas empobrecidas a divisão dos papéis obedeceu muito mais às necessidades econômicas que qualquer preconceito sexual na distribuição de tarefas. A transferência da chefia dos domicílios para a mulher nos núcleos familiares simples tornou a atuação feminina tão mais importante quanto mais íntima era a associação entre a vida doméstica e trabalho produtivo (FIGUEIREDO, 2001, p.180).

1.6 As famílias paulista e do sul

Silva (1984) relata que, por diferentes motivos, desde o início da colonização, na Capitania de São Paulo, ocorria uma grande mobilidade geográfica dos homens, ocasionando a estes uma vida familiar descontínua, e às mulheres, a obrigação de conduzir a família e buscar recursos para prover a sua subsistência, fato este, que propiciava a estas uma maior autonomia.

Os fatores que levaram a essa grande mobilidade geográfica foram vários e, nos séculos XVI, XVII e início do XVIII, podemos apontar como o principal as entradas no sertão e as viagens para as minas. Os homens partiam e as mulheres ficavam sozinhas e por vezes em situações econômicas difíceis (SILVA, 1984, p. 188).

Esse fato possibilitava as uniões livres de homens com outras mulheres em outras regiões e o aumento das relações extraconjugais. Às vezes, os maridos não retornavam para a casa, caracterizando uma situação de abandono. Algumas mulheres nessa situação optavam retornar para a casa dos pais, a fim de garantir a própria sobrevivência e de seus filhos. Outras, tentavam conseguir trabalho e manter a sua subsistência e a de sua família.

Era alta a incidência do celibato, encontrando-se pessoas de ambos os sexos que moravam sós, ou com filhos ilegítimos. O concubinato também era uma prática comum na sociedade paulista.

Pelo que se pode perceber a sociedade paulista concentrou uma trama complexa de relações que não se desenvolviam no âmbito da família, mas fora dela. A ilegitimidade, vista a partir desse contexto onde proliferavam os concubinatos e o próprio celibato, pode ser encarada como um acontecimento normal, o que não significa que houvesse tolerância para indivíduos com marca de bastardia. Face a essas circunstâncias, verificamos que havia graus diferentes de aprovação na escala social. A absorção desses indivíduos estava na dependência da posição sócio-econômica ocupada pelo pai. Importava

também o desejo de reconhecer o filho natural, protegendo-o em vida ou testamento (SAMARA, 1986, p.22).

As famílias paulistanas, dos séculos XVIII e XIX eram compostas por poucos membros.

Compondo um quadro geral da família paulista constatamos que as extensas ou do tipo 'patriarcal' eram apenas uma das formas de organização familiar e não chegavam a representar 26% dos domicílios. Nos demais, ou seja, 74% predominavam outras formas de composição, o que significava que as famílias extensas eram representativas apenas de um segmento da população (SAMARA, 1986, p. 17 - 18)

O número de filhos na família paulista também era reduzido “em 1836, dentre 1449 chefes de domicílio (considerando-se aqui os solteiros, casados, viúvos e divorciados), 673 (46,4%) não tinham filhos, 227 (15,7%) tinham 1; e apenas 141 (9,8%) tinham mais de 5 filhos “(SAMARA,1986,p. 27).

Esse fato surpreende visto que na sociedade colonial, a mulher era educada para ser mãe e ter filhos. Algumas razões explicam o número reduzido de filhos, entre elas o alto índice de mortalidade infantil, somada às más condições de higiene, habitações precárias, alimentação inadequada e à falta de assistência médica.

O enlace matrimonial, e conseqüente constituição de um novo núcleo familiar, levava os filhos a deixarem a casa de seus pais, a fim de construírem a sua própria casa, contribuindo também para a formação de famílias pouco numerosas.

Na região sul do país, a constituição da sociedade foi realizada através da presença de uma maior quantidade do grupo racial branco do que o negro e também marcada pela vinculação do indivíduo à pequena propriedade.

A existência de inúmeros conflitos e batalhas realizados neste território deu aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. No sul, ocorreram

guerras contra os países vizinhos, como a Cisplatina (1811-1820) e (1825-1828) e a do Paraguai (1864-1870), além de duas guerras civis que conturbaram o ambiente: a Revolução de Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federatista (1893-1895).

A ausência masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo. Assim, nesta região são encontradas as bandeirantes, mulheres que, na ausência do homem, assumiam a administração dos negócios, dos escravos, das fazendas.

As configurações familiares nas regiões do sul e paulista demonstram a contribuição de outros modelos e padrões de funcionamento familiar que contribuíram para a constituição da família brasileira.

1.7 Família burguesa

A família burguesa foi introduzida no Brasil, no começo do século XX, com o início do processo de modernização, urbanização e industrialização do país. Há um processo gradativo de afastamento do indivíduo e de sua família da comunidade, e dos grupos de convivência, colocando a casa como um local de intimidade, aconchego e proteção. O papel feminino sofre transformações, ressalta-se a importância do amor familiar e do cuidado com os membros familiares

Com o surgimento da família burguesa, a mulher apresenta nova função social, esperando-se que cumprisse o papel de boa esposa e mãe. O amor à família é um dos sentimentos ressaltados e cultivados nesse período. Os meios de

comunicação da época propagam a idéia da mulher como sustentáculo do lar e da família.

Na família burguesa, a divisão de tarefas e os papéis a serem desempenhados pelo homem e pela mulher eram rigorosamente estipulados. Ao marido, considerado a maior autoridade do lar, era destinada a função de provedor econômico. Já, para a esposa, eram designados os cuidados com o ambiente doméstico e a educação dos filhos, sendo submissa ao marido. Desse modo, o desempenho, a dedicação ao esposo e a administração do lar eram as prioridades da mulher-esposa e mãe. A mãe possuía uma relação mais próxima dos filhos, e o pai permanecia uma figura distante. O lar era considerado um local seguro, acolhedor e aconchegante, sendo valorizada a intimidade desse ambiente.

As características dos homens e das mulheres eram explicadas pela medicina social, que afirmava que devido a influências biológicas as pessoas do sexo masculino possuíam como traços marcantes uma maior força física, um perfil autoritário, empreendedor, ocorrendo a predominância do lado racional sobre o emocional e exacerbada sexualidade. Para as mulheres, essa ciência pressupunha como características: um instinto materno natural, a sexualidade recatada, o lado emocional aflorado e a fragilidade; desse modo, esperava-se socialmente que as mulheres fossem submissas e prudentes (SOIBET, 2001).

Desde crianças, as mulheres eram preparadas para desempenharem o papel materno e de educadora dos filhos, como, também, serem o alicerce do esposo, a fim de que o mesmo encontrasse o suporte necessário para conseguir dedicar-se ao trabalho e às atividades externas. Os meninos eram criados para corresponderem ao

ideal da sociedade burguesa, através da disciplina, da autonomia e independência, da capacidade empreendedora e da aptidão para os negócios.

Às mulheres era reservado o espaço doméstico, ou seja, o espaço privado. Não eram bem vistas as mulheres que saíam desacompanhadas. Os homens possuíam como missão desbravar o mundo externo, ou seja, a órbita pública.

A família nuclear burguesa definiu novos padrões para a sexualidade. Foi interdita a sexualidade feminina fora do casamento e feita restrição ao desfrute do prazer sexual. Dessa forma o casamento burguês passou a caracterizar-se por uma dissociação entre sexualidade e afetividade. A família era o recanto do afeto, mas não do prazer, o que concorreu para a infidelidade conjugal do marido (FILHO, 1998, p.36).

Na época de 1890 à 1920, período em que ocorre a estruturação da ideologia burguesa, em que imperam os ideais da higienização e da modernização nas classes abastadas, há uma preocupação em se disciplinar o espaço, o tempo de trabalho e a vida das classes populares.

Buscava-se formar uma sociedade em que se respeitassem as leis, os costumes e as normas da época, contribuindo para a formação de uma família organizada.

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava (SOIBET, 2001, p. 362).

Na ideologia reinante, as atividades domésticas eram obrigações da figura feminina, mesmo que nas classes populares, elas trabalhassem em atividades

externas como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, entre outras, para auxiliar no sustento familiar.

Apesar da existência de muitas semelhanças entre as mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no 'mundo do trabalho', embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil* (SOIBET, 2001, p. 367, grifo do autor).

Apesar do casamento ser o processo legal da união conjugal, a maioria dos casais das classes populares não legitimavam as suas uniões, alguns devido aos grandes gastos envolvidos para legalizar a convivência, outros por estarem de acordo com o costume popular. Desse modo, era comum encontrar mulheres pobres, brancas, mestiças, ou negras que conviviam com seus parceiros em regime de concubinato.

Nas classes mais abastadas, o casamento era o ideal de toda moça, sendo prevacente a união através do casamento formal, que era considerado um valor nesta sociedade. Cabia ao pai da moça, a escolha do cônjuge para um futuro casamento. Tal escolha envolvia geralmente interesses políticos e econômicos para ambas as famílias, a fim de manter o estatus e a posição social, ou, ainda, avançar na escala social.

O modelo vigente da mulher casada era pautado pela quase total dedicação aos filhos e ao marido, sendo que as mães deviam acompanhar e cuidar da educação e atenção dos filhos na infância, não delegando totalmente a amas ou a terceiros essa tarefa.

A imagem e a postura que a esposa passava à sociedade influenciava e auxiliava nas relações de seu esposo com os grupos de interesses e convívio. A mulher carregava o 'estigma' de ser a responsável por manter a harmonia e os 'bons olhos' sobre o seu grupo familiar, ou seja, a ela era delegada a responsabilidade de manter a honra familiar, devendo possuir um comportamento moral irrepreensível.

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, pressupunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto (SOIBET, 2001, p. 368).

As mulheres pobres possuíam muito mais autonomia do que as oriundas das classes favorecidas. Elas necessitavam trabalhar para auxiliar na manutenção da casa, pois o homem pobre não tinha condições de assumir o papel de provedor do lar, propagado pela ideologia dominante.

As famílias onde não havia a presença masculina no ambiente doméstico eram alvo de preconceitos e de marginalização por não participarem da ordem burguesa vigente nesse período. A presença da figura masculina em um lar era necessária para garantir a idoneidade moral das mulheres. O recasamento não era bem visto nessa sociedade, sendo considerado amoral.

A mãe sozinha estava, portanto, entre dois fogos: por um lado, pressões econômicas e políticas que impunham a necessidade de um (novo) marido; por outro, a condenação pela opinião pública de qualquer mulher que tivesse

mais de um homem na vida, que essa condenação tem base na rivalidade masculina, não há dúvida (FONSECA, 2001, p. 525).

Nas famílias populares do início do século era comum a circulação de crianças na família ampliada e entre famílias que existiam laços de compadrio. Esse processo era utilizado como estratégia de sobrevivência das camadas populares e também ressaltava a importância das famílias ampliadas nas relações familiares.

O cuidado das crianças cabia, conforme os ditados da divisão tradicional de trabalho, à mulher, porém, essa mulher não era sempre a mãe biológica. Para fazermos considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos portanto de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação (FONSECA, 2001, p.535).

Com o decorrer do tempo, outras transformações atingem a dinâmica familiar.

1.8 Família dos anos 50

Após o final da Segunda Guerra Mundial, nos anos 50, o Brasil inicia uma nova etapa em sua história. Nesse período, ocorre a ascensão da classe média, o aumento da urbanização e da industrialização do país, surgindo várias oportunidades profissionais para homens e mulheres, ampliando também o acesso à cultura, à educação e ao lazer de milhares de brasileiros.

Porém, apesar das transformações ocorridas, as divisões dos papéis sexuais na intimidade dos lares e na família permaneceram. O trabalho feminino era 'olhado' com preconceito, pois socialmente à mulher era determinado o papel de esposa e mãe prioritariamente. Além da estigmatização do trabalho feminino, ele era inferior e desvalorizado em relação ao trabalho masculino.

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina - impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais (BASSANEZI, 2001, p. 608).

A figura masculina, continuava a exercer o papel de 'chefe da casa' e de 'provedor econômico', sendo a esposa submissa à autoridade e à vontade de seu marido.

Ser mãe, esposa, dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas femininas, enquanto a iniciativa, a participação do mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar, e o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como *o objetivo de vida* de todas as jovens solteiras (BASSANEZI, 2001, p. 609, grifo do autor).

Através desse perpasso histórico, percebe-se as várias configurações familiares e os diversos modos de viver que, segundo a sua realidade histórico-sócio e cultural, influenciaram cada região do país. Tais legados conduziram e determinaram a formação da família brasileira em nossa atualidade, assunto que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

“A FAMÍLIA NA ATUALIDADE”

2.1 Conceito de família

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, a palavra família significa

peçoas aparentadas, que vivem em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou ainda, peçoas do mesmo sangue, e grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum (filiação natural) e estranhos admitidos por adoção (FERREIRA, 1986, p. 609).

Osório (1996) concebe a família como um grupo no qual se desdobram três tipos de relações: a aliança - relativa ao casal, a filiação - entre pais e filhos e a consangüinidade - entre irmãos. Segundo este autor, a família, com os objetivos de preservação, proteção e alimentação de seus membros e ainda com a atribuição de propiciar a construção da identidade pessoal, desenvolveu em sua história atribuições diferenciadas de transmissão de valores éticos, culturais, morais, religiosos.

Percebe-se que o fator principal entre as definições apresentadas são os laços de consangüinidade, a partir do qual se origina a família.

Mioto (1997), ao abordar o tema família, extrapola esses conceitos, e nos aponta que a família contemporânea abrange uma heterogeneidade de arranjos familiares presentes atualmente na sociedade brasileira, não se podendo falar em um único conceito de família, mas sim de 'famílias',

a família pode ser definida com um núcleo de peçoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura na qual está inserida (MIOTO, 1997, p.120).

Nesse contexto, a família supera as fronteiras da consangüinidade e da filiação, transformando-se em um

espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos (KALOUSTIAN, 1998, p. 11).

Szymanski (2002) afirma que a família na atualidade é constituída por um grupo de indivíduos que, devido à existência de laços afetivos, optam por conviverem juntos, com o acordo do cuidado mútuo entre seus membros. Este significado acolhe em seu seio numerosos tipos de possibilidades que há vários anos coexistem na sociedade e que nunca puderam ser oficialmente reconhecidos como uma família.

Com base nas afirmações das últimas autoras, considera-se que o conceito de família supera os parâmetros da consangüinidade e do parentesco e apresenta um sentido mais amplo, fundamentado na convivência e nas relações mútuas de cuidado e proteção entre indivíduos que construíram laços afetivos entre si.

Porém, há alguns empecilhos que dificultam a introjeção deste significado de família na vivência cotidiana. O primeiro deles é que, quando se aborda o tema família, imediatamente conecta-se a visão de um núcleo composto por pai, mãe e filhos, ou seja, do modelo nuclear tradicional, que está intrinsecamente ligado ao nosso ser. Esta concepção de família vem ainda permeada de atributos que se consideram inerentes a qualquer estrutura familiar: aconchego, amor entre os membros que a compõem e harmonia. É a *família ideal* introjetada desde criança como sendo a 'correta' e o modelo a ser seguido. Porém, essa visão idealizada não retrata a realidade da maioria das famílias.

Essa concepção idealizada da família permanece latente na sociedade, através de construções ideológicas e míticas que se perpetuam através do tempo. Um dos perigos dessas construções é que o indivíduo possa não considerar outros tipos de arranjos familiares existentes na sociedade moderna como uma 'família', atribuindo a esses outros arranjos o rótulo de 'desestruturados' e 'disfuncionais', sem uma análise mais profunda da estrutura familiar, de como se realizam as interações familiares e as relações desta com a sociedade.

A família ideal faz parte dos padrões culturais da nossa sociedade, pois envolve valores, normas e práticas que se manifestam mediante objetivos e formas de agir e de pensar, sendo estes transmitidos de geração em geração. E como um padrão cultural, faz com que as pessoas façam valer as normas estabelecidas e aqueles que não se enquadram dentro das normas são punidos por mecanismos disciplinares (comentários maliciosos, fofocas e outros) que agredem a individualidade, o respeito, a honra e a dignidade das pessoas (FILHO, 1998, p. 37).

Outra dificuldade é o vício de se compararem as diversas famílias à experiência particular, como se todas as famílias funcionassem de uma só maneira, não possuindo suas próprias dinâmicas e padrões interacionais e de funcionamento.

Essa intimidade do conceito de família pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e nossos próprios modelos de relação familiar. Acercamo-nos da família do outro a partir de nossas próprias referências, de nossa história singular. O resultado disso é que tendemos a trabalhar com as famílias desconhecendo as diferenças ou, pior, em muitas situações transformamos essas diferenças em desigualdade ou incompletude (VITALE, 2002, p. 46).

Tal questão ganha maior relevância quando passamos ao setor das políticas sociais e refletimos sobre o conceito de família interiorizado pelo trabalhador social que, freqüentemente, se depara com os diversos tipos de configurações familiares, cada qual com suas particularidades e peculiaridades.

Esse trabalhador necessita instrumentalizar-se, a fim de que possa trabalhar sem 'preconceitos' com as famílias, evitando-se rotulá-las como desestruturadas e irregulares. Faz-se importante apreender o contexto sócio-histórico e cultural em que a família está envolvida, para empreenderem-se ações que vão ao encontro das necessidades das mesmas.

2.2 Funções da família

Diretrizes e orientações sobre a educação dos filhos são encontradas em antigos manuscritos, dentre os quais cita-se o do jesuíta Alexandre de Gusmão, datado de 1685.

Nesse manual, o autor traça normas de conduta para boas famílias, sendo que o genitor possuía a função de 'direcionar' sua prole, ou seja, a ele cabia os cuidados da formação moral e religiosa dos filhos. O pai era o provedor de sua família e não se dedicava aos filhos até que estes completassem sete anos, possuindo, então, a capacidade de compreender os ensinamentos cristãos. A mãe era responsável por 'formar' os filhos, ou seja, a ela cabia os cuidados no âmbito material: vestuário e alimentação. Assim, a mãe deveria dedicar-se aos filhos, principalmente nos primeiros anos de vida da criança, caso contrário, comprometer-lhes-ia a formação futura.

No entanto, devido à diversidade étnica e cultural existente no Brasil colonial, essas 'regras' de boa formação de famílias não frutificaram na terra brasileira (VENÂNCIO, 2001).

A rigorosidade da divisão sexual dos papéis, que era encontrada nas famílias patriarcais e na família burguesa, atualmente não existe mais. Na época contemporânea, percebe-se uma flexibilização dos papéis parentais e a função da família pode ser contemplada segundo diversas vertentes.

Funções de ordem biológica e demográfica garantem a reprodução e a sobrevivência do ser humano; funções de ordem educadora e socializadora transmite conhecimentos, valores, afetos através de uma comunicação verbal e corpórea tão importante nas relações interpessoais; função de ordem econômica (produtoras e consumidoras) que se dá no campo do trabalho; função de seguridade, que cuida da seguridade física, moral, afetiva, criando uma dimensão de tranquilidade e função recreativa, que se traduz em atividades diversas que rompem o tédio, as tensões, como as festas em família (aniversário, casamentos e outras). [...] Outra consideração é que a família exerce também uma função ideológica, ou seja, além da reprodução biológica ela promove também a reprodução social: é na família que os indivíduos são educados para que venham a continuar, biológica e socialmente, a estrutura familiar (FILHO, 1998, p.30-31, grifo do autor).

Osório (1996) considera que as funções da família são: biológica, psicológicas e sociais, sendo intrinsecamente relacionadas, às vezes se confundindo entre si.

A função biológica, segundo a concepção deste autor, seria o dever de assegurar a sobrevivência da espécie, oferecendo os cuidados básicos para o desenvolvimento dos indivíduos e não compreenderia a função reprodutiva.

As funções psicológicas seriam o afeto, o suporte familiar para a superação de crises individuais que ocorrem no ciclo de vida, a transmissão de experiências de vida para os descendentes, a atuação facilitadora da aprendizagem empírica e, também, a intermediação de informações com o universo extra-familiar.

No tocante ao afeto destaca-se que

[...] a primeira e fundamental função psíquica da família é prover o alimento afetivo indispensável à sobrevivência emocional dos recém-nascidos. Esse alimento, contudo, é igualmente indispensável para a manutenção da homeostasia psíquica dos demais componentes da família e não apenas dos bebês, razão pela qual deverão seus membros deles prover-se reciprocamente através de mecanismos de interação afetiva [...] (OSÓRIO, 1996, p. 20 - 21)

Como funções sociais pode-se destacar a transmissão de valores culturais e a preparação para o exercício da cidadania.

À família cabe permitir o crescimento individual e facilitar os processos de individuação e diferenciação em seu seio, ensejando com isso a adequação de seus membros às exigências da realidade vivencial e o preenchimento das condições mínimas requeridas para um satisfatório convívio social (OSÓRIO, 1996, p. 22).

Uma das tarefas básicas da família é a socialização. O termo socialização é entendido de acordo com o conceito proposto “por Berger e Luckmann (1976), isto é, enquanto um processo de construção social do homem” (GOMES, 1994, p. 56). Esse conceito subdivide-se em duas categorias: a socialização primária e a socialização secundária. “A socialização primária consiste na transformação do homem (que ao nascer é apenas um organismo, é apenas biológico) em um ser social típico: de um gênero, de uma classe, de um bairro, de uma região, de um país” (GOMES, 1994, p.56), e é considerada uma tarefa básica da família.

A família transmite às novas gerações, especialmente à criança, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, usos, costumes, valores, atitudes, um padrão de linguagem. Enfim maneiras de pensar, de se expressar, de sentir, de agir, e de reagir que lhe são próprios naturais. Não bastasse tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da subjetividade, da personalidade e da identidade, Deriva disso a enorme importância da família tendo em vista a vida futura de cada criança: ela, a família constrói os alicerces do adulto futuro (GOMES, 1994, p.58).

A socialização secundária refere-se à aprendizagem do indivíduo, adquirida através do contato com outros setores institucionais (escola, clube, grupos comunitários, local de trabalho, entre outros).

Pelo exposto, percebe-se a importância da família na formação físico-moral-emocional e espiritual do ser humano. A família é o *locus* onde há o encontro das

gerações e dos gêneros, onde se aprende a arte da convivência e a prática da tolerância, e entre suas funções pode-se relacionar a promoção e a transmissão de valores, a construção da identidade do indivíduo e o apoio emocional e afetivo aos seus membros.

2.3 Família contemporânea

A família passou por várias transformações na segunda metade do século XIX, ampliou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades, observando-se as diferenças entre as classes sociais, pois as mulheres mais pobres, em sua grande maioria, continuavam com pouca qualificação e baixa escolaridade.

O casamento sofreu transformações, sendo efetivado através da anuência do casal, com a livre escolha do parceiro, e norteados principalmente pela afinidade entre o casal e por fatores afetivos e emocionais com bases no amor romântico.

A tradicional família nuclear apresenta transformações. Além do pai, a esposa e os filhos inserem-se no mercado de trabalho, auxiliando nas despesas e na manutenção da família, alterando padrões de hierarquia, autoridade e sociabilidade.

Surge a família contemporânea que é construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de arranjos familiares diferenciados e peculiares, denotando a impossibilidade de identificá-la como um padrão familiar uniforme e ideal.

Dentre os vários arranjos familiares, podem -se citar as famílias:

- ❖ reconstituídas, que são aquelas em que, após a separação conjugal, o indivíduo constitui uma nova família,

- ❖ constituídas através de uniões livres,
- ❖ monoparentais femininas,
- ❖ monoparentais masculinas
- ❖ nas quais avós moram e cuidam de seus netos

O modelo idealizado da família nuclear burguesa ainda perpetua no imaginário do indivíduo-coletivo. Famílias que não fazem parte desse tipo de arranjo familiar tentam ´adaptar` e aproximar a sua estrutura e padrão de funcionamento ao do ´modelo ideal`, acreditando, muitas vezes, que não constituem uma família, ou que a sua família é ´errada`, quando não conseguem reproduzi-lo.

O modelo familiar constituído por pai, mãe e filhos é o predominante, porém, de acordo com os dados apresentados pelo Censo Demográfico de 2000, há uma diminuição gradativa desse tipo de arranjo familiar, ocorrendo um aumento em outros tipos de configurações familiares.

Vários fatores contribuem para que ocorra uma diminuição da família tradicional destacam-se alguns: a instabilidade econômica do país, a inserção feminina no mercado de trabalho, a emancipação da mulher, a instabilidade conjugal e a transformação dos valores sexuais.

No final do século XX, percebem-se grandes metamorfoses nas famílias: a diminuição do número de filhos, a redução de número matrimônios realizados legalmente (casamento civil), o aumento de divórcios. A divisão sexual dos papéis, ou seja, as funções socialmente destinadas aos homens e mulheres nas famílias são questionadas, não havendo mais a rígida separação dos papéis, demonstrando uma estrutura mais aberta e flexível.

Dados do Censo de 2000 apontam outras transformações ocorridas na família contemporânea, entre as quais podem-se citar a redução do tamanho das famílias, com uma média de 2,2 crianças por mulheres em idade reprodutiva; o envelhecimento da população brasileira aliado à queda da taxa de natalidade e de mortalidade.

Esses dados demonstram que a família brasileira está moldando uma nova cultura e um novo modo de viver, que não se adequam mais aos modelos patriarcal e burguês, pois em seu tecido familiar estão imbricados as suas próprias particularidades, peculiaridades e valores.

Outro aspecto relacionado à família é que a mesma não é estática. A família possui um ciclo vital, é dinâmica e se apresenta de forma diferenciada de acordo com a sua evolução, ou seja: ela também “ nasce, cresce, amadurece, habitualmente se reproduz em novas famílias, encerrando seu ciclo vital com a morte dos membros que a originaram e a dispersão de seus descendentes para constituir novos núcleos familiares” (OSÓRIO, 1996, p. 22). Desse modo a família é influenciada pelas situações internas que lhe sucedem como: nascimento, casamento, morte de seus membros e por fatores externos: sociais, econômicos, culturais, entre outros.

2.4 Família e Estado

Nesta etapa de reflexões, faz-se necessário esboçar um breve panorama sobre a situação macro sócio-política e econômica do país no período de realização pesquisa, relacionando como as ações estatais atingem o microsistema familiar, atuando como fatores desagregador e propiciador de situações de vulnerabilidade,

sendo que esta última está intrinsecamente relacionada às condições econômicas das famílias e ao modo de distribuição de renda no país.

A crise do Estado-Providência, as transformações em curso no mundo do trabalho e do capitalismo, introduzem no cenário mundial a ideologia neoliberal e a globalização, sendo esta última um processo pelo qual se busca a união dos mercados de diversos países, através da internacionalização do capital e da economia, objetivando o lucro rápido.

O neoliberalismo surge na década de 70, inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos, em decorrência das crises do petróleo e da emergência da chamada Terceira Revolução Industrial, como uma reação conservadora à presença do Estado nas esferas social e econômica e, aos poucos, vai se estendendo aos países de outros continentes. Na década de 80, têm-se as primeiras marcas do neoliberalismo na América Latina : México, Argentina, Venezuela e, mais recentemente no Brasil.

Abreu (1999, p. 41) afirma que

o neoliberalismo é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados Nacionais às exigências do capital transnacionalizado, portanto contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público.

As vertentes orientadoras do neoliberalismo são derivadas do liberalismo clássico: promoção pelo mérito, mercado auto-regulador, desconfiança à intervenção do Estado, igualdades de chance para todos os indivíduos, independentemente da questão social.

A ideologia neoliberal pressupõe que a ação espontânea do mercado deve possibilitar um equilíbrio de condições entre os indivíduos, de tal modo que

qualquer pessoa pode conseguir seus objetivos através da livre concorrência e livre escolha.

A questão da assistência, segundo a visão neoliberal, é encarada como um dever moral, sendo estabelecido um limite: que esta não se transforme em direito para as classes subalternas, para os empobrecidos, miseráveis e excluídos. A política de assistência social é utilizada apenas em situações emergenciais, visando o atendimento somente do 'mais pobre dos pobres', sendo que o Estado atende apenas o que a sociedade civil, as instituições filantrópicas e o voluntarismo não atende.

Os últimos governos do Estado brasileiro, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, foram gradativamente implementando planos de ajustes nacionais que se adequavam à ideologia neoliberal. Desse modo, no cenário nacional havia ações governamentais que gradualmente estavam se enquadrando a um conjunto de exigências que submetiam o Estado brasileiro à dinâmica da globalização capitalista. Abreu (1999, p. 41) aponta as seguintes:

- ❖ a redução de capital público destinado as áreas de saúde, educação, transporte, entre outras, incentivando o desenvolvimento de serviços privados nestas áreas;
- ❖ a desregulação das relações de trabalho, transferindo-as do setor público e submetendo-as às condições da iniciativa privada;
- ❖ a privatização e transnacionalização das empresas públicas;
- ❖ a liberação do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias,
- ❖ o reconhecimento jurídico das marcas e patentes tecnológicas do capitalismo mundial;

❖ a desregulamentação da entrada e saída de capitais estrangeiros.

Com essas práticas, as classes dirigentes brasileiras estavam cumprindo as exigências impostas

[...] pelos personagens que ditam os rumos da ordem mundial: o capital financeiro especulador, os grandes banqueiros credores do Estado, o capital multinacional, organismos capitalistas internacionais e os governos do G7 (grupo dos sete Estados mais ricos do mundo comandados pelos EUA) (ABREU, 1999, p.42).¹

A adequação dos países a uma ideologia neoliberal é condição para que o Estado continue integrado às relações políticas e econômicas internacionais.

A entrada do neoliberalismo e da globalização no cenário mundial traz como conseqüências o surgimento de questões sociais generalizadas, que assumem uma amplitude global e produzem efeitos comuns nas diversas partes do mundo, tais como: desemprego estrutural, aumento da pobreza e da exclusão social, precarização e casualização do trabalho e desmonte de direitos sociais edificados há mais de um século.

No Brasil, as tendências políticas em relação ao tratamento da questão social levam a políticas setoriais e fragmentadas, que procuram atender apenas situações emergentes, visando amenizar os impactos das demandas sociais.

A ideologia neoliberal reinante nos últimos governos apresenta um Estado desterritorializado e sujeito a comandos dos detentores do capital externo e, desse modo, impossibilitado de exercer o controle sobre as políticas econômicas e sociais internas e de proteger o emprego e a renda de sua população, aliado ao predomínio

¹ A partir do encontro de Birmingham em 1998, o G7 se transformou em G8, pois Rússia foi convidada a compor o grupo.

o Estado Mínimo, caracterizado pela desresponsabilização do governo com os setores públicos, principalmente a assistência social e a seguridade.

As modalidades de proteção se apóiam em pilares “da flexibilização das relações de trabalho, na seletividade ou focalização das políticas sociais e na desobrigação do estabelecimento dos mínimos sociais como direitos de todos” (PEREIRA, 1999, p.56).

Os princípios neoliberais, adotados pelas últimas administrações nacionais, apontam para o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações são: cortes de programas sociais (inclusive os voltados para as populações empobrecidas), diminuição dos benefícios da seguridade social, criminalização da pobreza e a valorização de velhas fórmulas de ajuda social, maquiadas pelo discurso da solidariedade e da humanidade, que são travestidas com nova ‘roupagem` e, por isso, veiculadas como modernas e avançadas.

É o caso da filantropia social e empresarial, das ações voluntárias e da ajuda mútua. Nesse ponto, não se quer condenar ‘as pessoas de boa vontade` que, através da doação e do comprometimento, contribuem para a consolidação de um mundo mais igualitário e justo, porém tem-se como dever denunciar a desresponsabilização do Estado perante ao provimento dos mínimos sociais e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, como expressa a Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993.

A globalização, no Brasil, apresenta em sua face a marca da desregulamentação da força de trabalho, o achatamento dos salários e o aumento do desemprego, contribuindo, assim, para o aumento da exclusão social.

A exclusão não é mais vista como um fenômeno de ordem individual mas, social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas. Dentre suas causas destacava o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços (WANDERLEY, 1997, p. 77).

A exclusão pode ser considerada na sociedade contemporânea como uma nova manifestação da questão social.

O fenômeno da exclusão social não envolve apenas o caráter econômico da pobreza, supõe, também, o preconceito e a discriminação.

A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes (SPOSATI, 1999, p.67).

Surge, assim, o fenômeno histórico do final do século, chamado, segundo Cristovam Buarque, (apud SPOSATI, 1999) de apartação social. Trata-se da naturalização da desigualdade social, criando uma barreira entre o mundo dos ricos e dos pobres, ocasionando a culpabilização do pobre por sua pobreza.

Nesse contexto, apresenta-se uma '*nova pobreza*', termo utilizado para retratar os indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho há muito tempo e que vão sendo expulsos da esfera produtiva e, também, os jovens que não conseguem inserir - se na dinâmica produtiva, impedidos do acesso '*ao primeiro emprego*'. "São camadas da população consideradas aptas ao trabalho e adaptadas à sociedade moderna, porém vítimas da conjuntura econômica e da crise do emprego" (WANDERLEY,1997, p. 78). Assim, aqueles que não se inserem no mercado de trabalho, também, compõem os excluídos contemporâneos.

A exclusão social vem denunciar a ruptura da responsabilidade social e pública do Estado com a população.

No início do século XXI, o que se apresenta, do ponto de vista social, é o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão, ao lado de uma enorme concentração de renda e de riqueza por parte de uma parcela minoritária da população.

As políticas sociais apresentam-se incapazes e ineficazes para atender a demanda populacional de miseráveis e excluídos, tornando-se, desse modo, focalista, residual e seletista, ou seja, são orientadas por uma perspectiva de se atender somente a pobreza absoluta, limitando-se a ações minimalistas, pontuais e descontínuas, que excluem cidadãos que por direito deveriam ter acesso a recursos e benefícios.

Outros fatores agravantes são as políticas sociais não articuladas entre si, ocorrendo casos de duplicidade de ações e a fragmentação de seus alvos de ação, atendendo-se ‘os portadores de necessidades especiais’, ‘a terceira idade’, ‘o menor abandonado’, ‘o infrator’, ‘a maternidade’, todos desvinculados de seu cerne familiar e descontextualizados de sua realidade sócio-cultural.

Esse panorama delinea “a ausência de políticas de proteção social à população das camadas sociais de baixa renda, em consequência do retraimento do Estado neste campo” (GUEIROS, 2002, p. 103).

A família, enquanto instituição inserida na sociedade, é afetada por esse processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais.

A conjuntura político-econômica brasileira, apresentada nas últimas administrações, norteadas pelos princípios neoliberais e pela globalização, promove o aceleramento do empobrecimento, desemprego, minimização das políticas sociais oferecidas às comunidades, influenciando a estrutura familiar em suas relações, estrutura, papéis e formas de reprodução e contribuindo para a fragilização da família.

Para efetivarem-se ações que promovam a unidade familiar se faz

[...] imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessário a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contêm com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania (GUEIROS, 2002, p. 119).

2.5 Família e trabalho

Trabalho é uma palavra bastante utilizada no cotidiano, apresentando um significado flexível.

No dicionário a palavra trabalho significa

aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; atividade coordenada de caráter físico e/ou intelectual, necessária a realização de qualquer tarefa; serviço ou empreendimento; o exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão; tarefa para ser cumprida (FERREIRA, 1986, p. 1393).

Cita-se aqui alguns autores, e suas concepções sobre o trabalho. Hannah Arendt (apud GUARESCHI, 1993) concebe o trabalho diferente do labor. O trabalho

consiste em um processo onde ocorre a transformação da natureza com o objetivo de suprir as necessidades vitais humanas, enquanto que o labor apresentaria o objetivo de corresponder a um desejo de ser humano, atribuindo-lhe características de permanência e durabilidade histórica.

Marx, concebe o

processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores – de - uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, é portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes, igualmente, comum a todas as suas formas sociais (apud GUARESCHI, 1993, p. 30).

Marx estende o conceito de trabalho, apontando que na sociedade capitalista a reprodução se baseia na exploração do homem pelo homem. Desse modo, o objetivo do trabalho não corresponde mais somente ao suprimento das necessidades do trabalhador, transformando-se em um processo de acumulação de riqueza da classe dominante (classe detentora dos meios de produção).

Isso implica que o trabalhador deixa de atender as suas próprias necessidades, para executar as ordens de seu empregador, pois a única forma de garantir a sua subsistência no capitalismo é vender a sua força de trabalho ao patrão, em troca de um salário (LESSA, 1999).

Na perspectiva de Taylor, o conceito de trabalho é delineado

a partir da concepção do estudo de tempos e movimentos, onde predomina atenção para o método do trabalho, para os movimentos necessários à execução de uma tarefa e para o tempo médio dispensado para a sua execução (GUARESCHI, 1993, p.10).

Em sua teoria, despreza o potencial criativo atribuído ao trabalho, priorizando-se a produtividade e o lucro.

Castel (2000) , em seu texto “As transformações da questão social”, aborda a nova questão social, que é diferente da questão social na primeira metade do século XIX, que era o pauperismo. Relata que, na atualidade, convive-se com a desmantelamento dos direitos trabalhistas e a flexibilização do trabalho.

Nos anos 70, Castel afirma que ao trabalho está vinculada uma série de garantias, direitos e proteções sociais, sendo atribuída estabilidade e status ao trabalhador. Há uma seguridade social interligada ao trabalho, “o aspecto dos direitos vinculados ao trabalho é que fez com que o trabalho não fosse apenas a retribuição pontual de uma tarefa, mas que a ele fossem vinculados direitos” (CASTEL, 2000, p.249).

Com o advento da internacionalização do mercado, da globalização e dos princípios de concorrência, eficiência e lucratividade, o trabalho passa a ser alvo de redução de custos.

Para reduzir os custos, ocorre a flexibilização do mercado de trabalho, associada à desproteção e à desmantelamento dos direitos trabalhistas. Essa flexibilização pode ser interna, ou seja, a que “impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo “ (CASTEL ,2000, p. 247) , ou externa que se refere à subcontratação de mão-de-obra em condições mais precárias, salários baixos e menor proteção.

Apesar de, atualmente, o contrato de trabalho por tempo indeterminado ser ainda predominante, há o avanço de diferentes formas de empregabilidade:

contratos por tempo determinado e temporários, entre outros, o que caracteriza uma instabilidade no emprego.

Para Castel, a precarização do trabalho, é um dos desafios mais graves que se apresenta.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculados ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (2000, p.241).

Segundo Castel, a precarização do trabalho alimenta o desemprego, pois torna-o cada vez mais fragilizado e obriga os indivíduos a entrarem em uma situação de vulnerabilidade. Tal situação atinge de forma diferenciada as camadas sociais, as famílias brasileiras, porém atinge de forma mais contundente os trabalhadores pouco qualificados.

Muitas famílias que não são absorvidas pelo mercado de trabalho, devido à falta de demanda ou à baixa qualificação de mão - de - obra, apresentam como estratégia de sobrevivência a iniciativa de um ou mais membro familiar fazer pequenos serviços ou ainda realizar duas ou três jornadas de trabalho, às vezes em funções diferenciadas, como forma de aumentar a renda familiar. Outra opção é adequar as necessidades de consumo à renda disponível, sofrendo privações de ordem diversas na alimentação, habitação, educação, vestuário, lazer, entre outros.

2.6 Família pobres e seus diversos aspectos

A pobreza, segundo Demo (1996, p. 71), não pode ser entendida apenas como ‘insuficiência de renda’. A pobreza sócio-econômica, ou seja, a pobreza material, originada historicamente do modo em que a sociedade se organiza, é a desigualdade produzida economicamente que se “manifesta de modo quantitativo, ou seja, na falta de renda, de emprego, de habitação, de nutrição, de saúde” (DEMO, 2001, p.21). Essa pobreza atinge grande parte do contingente populacional do país.

Na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais (DEMO, 2001, p. 13).

Para Yasbek, (1993, p. 63) a “pobreza brasileira constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade.”

A autora acrescenta que a noção de pobreza é vasta, apresenta vários sentidos e graus diferenciados. Na maioria das vezes, é mensurada por meio de indicadores de renda e trabalho, paralelamente à possibilidade de acesso aos recursos sociais que influenciam na demarcação do padrão de vida, tais como educação, habitação, transporte, saúde, alimentação, lazer, entre outros. Com um enfoque economicista, esses critérios classificam os pobres como os indivíduos que, “não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social” (YASBEK,1993, p. 62).

Estão inseridos nesse contexto as pessoas que não conseguem prover a sua subsistência, necessitando de auxílio; as pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho e os que fazem parte da reserva de mão-de-obra, os que possuem subemprego, os trabalhadores assalariados ou autônomos que recebem salário insuficiente para a sua manutenção (baixa renda). A autora ainda afirma que, sob o enfoque da renda, na maior parte dos trabalhadores que possuem a carteira registrada ou não, ou que tenham vínculo empregatício com contrato ou sejam autônomos, predominam salários baixos apresentando como conseqüências a privação e o não acesso aos recursos sociais e materiais.

Tal situação deixa marcas na família através da falta de recursos básicos para a sobrevivência, do desemprego e do subemprego, das privações, ocorrendo situações em que as famílias atribuem ou delegam precocemente às crianças e adolescentes a responsabilidade de contribuir com o sustento material familiar.

Em cidades maiores, observa-se que as famílias pobres estão adotando as normas de reprodução social: menor quantidade de filhos e o reconhecimento da mulher como força de trabalho. É comum encontrarem-se nas residências pobres a presença de casais jovens com filhos, famílias ampliadas (denominação que abarca os membros ascendentes e colaterais da família: avós, tios, primos), idosos sós, e famílias monoparentais femininas (arranjo familiar constituído por mãe e filhos).

Outro aspecto interessante que se observa nas famílias pobres é a rede social de proteção e de auxílio que se instaura. As famílias pobres se aproximam constituindo redes de apoio e ajuda-mútua, entre amigos, parentes e vizinhos; possuem também um intercâmbio com empregadores e instituições, buscando desse

modo amenizar os impactos sofridos pelas condições de miserabilidade e vulnerabilidade a que estão expostas e, também, produzir estratégias de sobrevivência.

Carvalho (1998) refere-se a três tipos de solidariedades existentes nas camadas populacionais mais empobrecidas, são elas: a solidariedade parental e conterrânea, a solidariedade apadrinhada e a solidariedade missionária.

A solidariedade parental e conterrânea é expressa cotidianamente através dos empréstimos para pagar uma prestação, uma conta de luz ou água, para o táxi (por alguém da família que ficou doente e precisa ir ao hospital...); alguém que tome conta das crianças em uma emergência. Estas situações a que todos estão sujeitos e a única forma de enfrentá-las é com a solidariedade (CARVALHO, 1988, p.97).

A solidariedade apadrinhada é aquela através da qual o estreitamento do vínculo trabalhador-empregador, alguns membros da família conseguem doações de objetos, roupas, calçados, remédios, quantias de dinheiro, entre outros, constituindo assim mais um recurso de auxílio à família.

A solidariedade missionária é representada por instituições dos segmentos religiosos: a Igreja Católica, o Centro Espírita, a Igreja Evangélica, entre outros que, através de ações embasadas pelo sentimento fraterno e cristão, prestam ajuda às comunidades menos favorecidas.

Porém é necessário salientar que essa proteção não é ilimitada. Chega um momento em que o sistema de apoio não possui condições de auxiliar mais o solicitante: seja na impossibilidade de prestar algum socorro financeiro, na dificuldade de cuidar das crianças de outrem em determinados momentos, e mais dezenas de situações inesperadas que podem ocorrer no cotidiano. Se esta rede de

solidariedade não conseguir suprir a demanda momentânea, instaura-se uma situação emergencial de risco e vulnerabilidade social.

É necessário que exista a proteção concreta e eficiente do Estado frente ao enfrentamento da pobreza, com políticas públicas que atendam ao interesses imediatos das camadas das populações empobrecidas.

A família enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por esta razão, ela demanda políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de prestação de serviços em seu espaço peculiar que é o doméstico (KALOUSTIAN, 1998, p. 12).

Para angariar auxílio e complementação para o suprimento de suas necessidades, as famílias pobres buscam, também, recursos junto a equipamentos governamentais e não-governamentais.

As organizações não-governamentais - ONGs - surgiram nos anos 70, apresentando-se como uma nova versão institucional, com o objetivo de prestar serviços a movimentos sociais e grupos vulnerabilizados. São entidades sem fins lucrativos, que não fazem parte dos equipamentos do Estado. As ONGs atuam através da implementação de programas sociais em diversos setores: violência, criança e adolescente, terceira idade, movimentos sociais, meio ambiente, entre outros.

A partir dos anos 90, essas constituições ganharam maior visibilidade social, através de divulgação nos meios de comunicação e na mídia.

As ONGs são organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. Caracterizam-se por serem autônomas diante do Estado, das

igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo. Englobam as instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação e de direitos humanos: assessoria aos movimentos sociais, de formulação de políticas públicas alternativas, ambientalistas, pesquisa e informação, entre outros. Trabalham diretamente com movimentos sociais urbanos e rurais, com povos indígenas, mulheres, população de raça negra, crianças, adolescentes e trabalhadores organizados (PAZ, 1999, p. 198).

Já, as Organizações Governamentais - OGs - são os diversos equipamentos federais, estaduais e municipais, que fazem parte da estrutura do poder executivo e que através das políticas públicas prestam serviços à população.

As organizações governamentais prestam serviços assistenciais à população mais empobrecida, através de

[...] ações de ajuda imediata individualizada, que destinam aos demandatários recursos como cotas alimentares, medicamentos, auxílios financeiros e provisão de documentos, entre outros, como se efetivam através de uma rede de serviços e bens 'produzidos de forma compensatória, para as classes subalternas: creches, núcleo de atendimento sociocomunitário à criança e adolescente, internatos, programas de educação supletiva e profissionalizante, asilos, centros de reabilitação, programas de provisão de habitação, ações comunitárias, etc (SPOSATI e FALCÃO apud YASBECK, 1995, p.134).

Convém ressaltar que esses serviços são prestados também por organizações que não fazem parte da esfera estatal, como instituições sociais privadas e organizações que compõem o Terceiro Setor, que é o setor constituído por entidades que se encontram fora do âmbito estatal e do mercado e que não possuem fins lucrativos, entre as quais podemos citar: as ONGs, instituições filantrópicas e religiosas, movimentos sociais, associações comunitárias, entre outros.

Esses aspectos estudados também atingem a família monoparental feminina, assunto que se abordará no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

“FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA”

3.1 Trabalhando conceitos

O conceito de chefia familiar era normalmente utilizado para nomear o membro familiar (geralmente o homem mais velho) que exercia maior poder sobre os outros familiares. Esse conceito pressupunha a dependência econômica das mulheres e filhos ao chefe do domicílio e a existência da família nuclear (pai, mãe e filhos). Porém, com o surgimento de outras configurações familiares, esse termo sofreu modificações.

A denominação chefia familiar feminina pode ser utilizada para explicitar duas situações. A primeira delas é designar famílias onde não há a presença masculina no domicílio (figura paterna ou homem adulto). Nessa condição, encontramos mulheres, que moram com seus filhos e que em relação ao seu estado civil são: mães solteiras, separadas, divorciadas e viúvas. A outra situação é para nomear famílias cujas mulheres são as provedoras econômicas, independentemente da presença do cônjuge ou companheiro. Essa concepção abarca as mulheres que ganham maiores salários que seus companheiros, sendo elas as maiores responsáveis pela manutenção da casa e pela sobrevivência familiar e, também, as mulheres que na ausência do cônjuge são as mantenedoras do lar.

Carvalho (1998) refere-se à primeira designação como chefia de fato, ou seja, a chefia civil e, a segunda, como chefia de direito.

Outra nomenclatura designada para denominar o arranjo familiar mãe e filhos é família monoparental feminina. Vitale (2002, p. 47) afirma que esse termo foi utilizado “segundo Nadine Lefaucheur, na França, desde a metade dos anos setenta,

para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros.”

Foram as sociólogas feministas que importaram dos países anglo-saxões - na metade dos anos sessenta - a noção de 'famílias monoparentais'. Essas se opunham às abordagens dominantes na França, desde várias décadas, da maternidade fora do casamento e da dissociação familiar em termos de 'problemas psico-sociais' e de famílias de 'risco'. Elas viam na utilização desta noção um meio de elevar os lares, nos quais o chefe de família era uma mulher, à condição de 'verdadeiras famílias', um tipo sociológico por certo particular, mas também nobre, uma vez que mais 'moderno que a família conjugal tradicional' (LEFAUCHEUR apud VITALE, 2002, p.47, grifo do autor).

Pelos conceitos apresentados, é importante ressaltar que nem todas as famílias chefiadas por mulheres são monoparentais (VITALE, 2002). Tal fato gera algumas problemáticas, pois, quando se apresentam dados sobre recenseamentos e pesquisas enfocando as famílias chefes de família, nem sempre há a caracterização dessas famílias, podendo nesta categoria estar embutido tanto as chefiadas de fato quanto as de direito. Desse modo, na apresentação de dados e pesquisas, elucidar-se-a sempre que possível a caracterização do arranjo familiar.

3.2 Famílias chefiadas por mulheres no âmbito mundial

Segundo o Atlas des Femmes dans le monde (Éditions Autrement, França, 1998), 80 a 90% de famílias empobrecidas no mundo, em 1990, possuíam uma mulher como chefe.

Na Austrália, a porcentagem de famílias monoparentais de baixa renda, cuja composição predominante é a mãe, filhos e outros parentes, era de 64%, seguido de 59% nos Estados Unidos da América e 51% no Canadá.

Fatores históricos, econômicos, sociais, demográficos e regionais podem ser apontados como condicionantes desse aumento de arranjo familiar.

No Sub - Sahara africano a migração masculina para os centros urbanos justifica o aumento da chefia feminina nessa região. Na Índia, a viuvez é a causa do aumento da chefia feminina. Nos Estados Unidos, a pensão do sistema de seguridade destinada aos filhos de mães separadas ou solteiras, bem como o gradativo ingresso das mulheres no mercado de trabalho constituem fatores relevantes para o incremento da chefia feminina.

A América Latina sofreu influência do padrão europeu de seus colonizadores, baseado na autoridade masculina. Tal influência favoreceu “o enfraquecimento da mulher em exigir e contar com a participação masculina nos custos da manutenção dos filhos contribuindo, conseqüentemente, para o aumento das famílias mantidas por mulheres” (CARVALHO, 1998, p. 81).

Fatores demográficos como a predominância da população feminina sobre a masculina acentuada pela migração, o gradativo aumento da gravidez fora do casamento, taxas de fertilidade e faixa etária da população apresentam significativa influência na população latino americana.

São vários fatores associados que induzem `a constituição de famílias chefiadas por mulheres.

3.3 Famílias chefiadas por mulheres no Brasil

Pesquisas e estatísticas apontam para o aumento de famílias chefiadas por mulheres, no Brasil. É certo que sempre existiram famílias com a ausência do companheiro masculino, desde o período colonial. Porém, esse tipo de arranjo familiar sempre esteve ´mascarado` na historiografia brasileira, pelas famílias patriarcal e nuclear burguesa, consideradas como ´modelos padrões` da família brasileira.

Condicionantes históricos têm relativa influência no aumento da chefia familiar feminina. No Brasil, podem - se citar a escravidão influenciando o padrão familiar e a reprodutividade da população negra do país, ocasionando o nascimento de filhos ´ilegítimos` de escravas negras, mestiças e índias. A separação das famílias escravas, através da venda de seus membros, fragmentando-as e desrespeitando os vínculos existentes, e a migração da figura masculina dos lares em busca de trabalho, ou por outros motivos (guerras, serviço, entre outros) e sem retorno, foram outros fatores contribuidores para a formação de famílias monoparentais femininas.

Em uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da Universidade de São Paulo - (CEDHAL), encontraram - se registros de famílias brasileiras chefiadas por mulheres nas zonas urbanas, no início do século XIX.

Dados de 1804, em Vila Rica de Ouro Preto, MG, mostram que 45% dos domicílios eram sustentados por mulheres. Dados levantados em outras regiões do Brasil mostram a mesma tendência. Em São Paulo, em 1836, por exemplo, 30% das famílias eram chefiadas pelas mulheres. No Ceará, em 1887, a média era de 30% (CEDHAL).

Durante muitos anos, e até recentemente, as famílias que eram gerenciadas por mulheres sofriam um 'estranhamento' por parte da sociedade, pois contrariavam as normas de um contexto social em que pautava a subordinação do sexo feminino ao masculino. Desse modo, as famílias monoparentais femininas tinham que superar vários obstáculos, relativos a condições econômicas, convenções sociais e à inserção no mercado de trabalho.

Somente a partir de 1980, o Censo Demográfico do país incluiu a categoria chefe, que significa o adulto responsável pela unidade familiar ou pela residência, em seus levantamentos censitários, sendo que por responsável entende-se a pessoa que possui a maior remuneração na residência (VITALE, 2002).

Segundo o Censo de 2000, ocorreu um aumento extraordinário das famílias chefiadas por mulheres: em um total de 44,7 milhões de famílias brasileiras, 11,2 milhões são gerenciadas por mulheres, ou seja, 26% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Esses dados, em termos proporcionais, representam que para 4 famílias brasileiras 1 é comandada por mulheres.

Neste universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental. Os dados do Censo 2000 revelam que enquanto cresce a proporção das famílias monoparentais femininas - de 15,1 em 1992 para 17,1% em 1999, diminui a proporção daquelas compostas apenas pelo casal com filhos (VITALE, 2002, p. 49).

É importante relatar que esse crescimento ocorre em todas as classes sociais, e não somente nas classes mais pobres, como supõe o senso comum.

Uma das conseqüências do incremento de famílias comandadas por mulheres foi o aumento do número de crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem apenas com

um responsável do sexo feminino - passando de 10,5% para 14, 2% no período entre 1991 e 2000.

Alguns fatores podem ser apontados como condicionantes do crescimento das famílias monoparentais femininas, entre eles citam-se o aumento da expectativa de vida da mulher brasileira, o que pode ocasionar um maior número de viuvez feminina; o crescimento do número de divórcios e separações, sendo que em grande parte dessas situações a guarda dos filhos permanece com a mãe; e as mudanças de valores tradicionais em relação ao casamento e aos valores sexuais.

3.4 Algumas faces da família monoparental feminina pobre

O alastramento da pobreza e as dificuldades de sobrevivência nas cidades têm contribuído para a formação de diversos arranjos familiares, colocando em relevância a figura feminina como sustentáculo da casa e da criação dos filhos. Porém, grande parte das mulheres pobres não possui qualificação, recebem baixa remuneração e ainda são sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho em suas casas.

“A noção de monoparentalidade tem ficado associada não só à questão de gênero, mas também à pobreza” (VITALE, 2002, p.50). Ao gênero, porque a maior parte das famílias monoparentais possuem como adulto responsável a mulher. E a pobreza porque segundo Vitale (2002, p. 50), o “ Censo 2000 aponta que a média da renda do homens chefes de famílias é de R\$ 827,00, enquanto que a das mulheres é R\$591, 00. Mas para 5,5 milhões de mulheres chefe de famílias o rendimento não ultrapassa R\$276,00.”

[...] convém ainda ressaltar que a associação entre famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e pobreza aponta claramente estes segmentos como foco de critério para programas sociais. Na última década, estudiosos da família, na perspectiva demográfica, como é o caso de Goldani (1994), já chamavam a atenção, a partir dos dados dos censos anteriores, para esta prioridade. Os possíveis programas dirigidos para as famílias pobres monoparentais femininas deverão contribuir para sua maior autonomia e não para estigmatizá-las como sem condições de oferecer cuidados e proteção aos seus membros (VITALE, 2002, p. 52).

Em uma família nuclear, geralmente, o provedor é o homem, sendo seu salário complementado, na maioria das vezes, pelo salário da mulher, o que revela uma tendência de que a mulher é subalterna ao homem.

Na família monoparental feminina, a fonte de renda provém geralmente do trabalho da mulher, sendo que a renda é insuficiente para garantir o provimento das necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário e higiene.

Uma pesquisa realizada pelo DIEESE - em 1994/95 (Pesquisa DIEESE, nº. 13), afirma que “na ausência do cônjuge masculino, essas famílias tendem a ser mais empobrecidas do que aquelas compostas por ambos os cônjuges, dado que as mulheres têm rendimentos inferiores aos dos homens no mercado de trabalho”.

No texto: Estrutura familiar, trabalho e renda - Ribeiro (2002) e seus colaboradores, pesquisadores do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analisaram os dados obtidos pelo PNAD - Plano de Amostra de Domicílios - no período entre 1981 e 1990 e verificaram que

Nas famílias constituídas por mulheres chefes com filhos verificava-se que a participação das mesmas nas atividades econômicas era sempre mais intensa que a das cônjuges, embora não tão elevada quanto a dos chefes homens. Por um lado, as mulheres chefes tinham que trabalhar bem mais que as cônjuges pelo simples fato de não contarem, de forma geral, com um outro membro adulto que pudesse cooperar na obtenção da renda. Por outro, o fato de terem que arcar com as atividades domésticas e com a educação dos filhos fazia com que tivessem uma participação inferior à dos chefes homens no mercado de trabalho, independente da etapa de seu ciclo de vida (1998, p.157).

Além da questão da renda, a ausência do homem adulto no lar, aliada à condição da mulher da família monoparental residir somente com seus filhos, impõe a esta uma grande carga de responsabilidade,

A mulher tem que desempenhar vários papéis e se dividir entre emprego, tarefas domésticas e cuidados com as crianças, encontrando desta forma, obstáculos particularmente grandes para sua inserção no mercado regular de trabalho, com exigência da participação em tempo integral (RIBEIRO, 2002, p.154).

O próximo capítulo apresentará o tema paternidade, abordando a sua importância e as consequências de sua ausência no âmbito familiar.

CAPÍTULO IV

“O PAI E A PATERNIDADE”

4.1 Sobre o universo masculino e a paternidade

“Se é pequena a consciência que têm os homens a respeito deles próprios, sobre a paternidade é menor ainda” (NOLASCO)

O modelo de pai até pouco tempo aceito socialmente era enquadrado na relação pai-patrão, onde a figura paterna apresentava-se distante das relações familiares e preocupava-se mais com o sustento material da família e as relações exteriores. Características como rigidez, disciplina, autoridade, pouca afetividade completavam o perfil do pai-patrão que despertava em seus filhos sentimentos de temor e respeito.

O universo da emoção, da afetividade e da expressão dos sentimentos sempre foi considerado um universo feminino, poucos homens ousaram penetrar nessa área, temerosos de que a demonstração de ‘sentimentalismos’ colocasse em xeque a sua masculinidade.

O estereótipo do homem ‘durão’, do ‘homem-macho’, criou no imaginário coletivo a figura de que o homem não deve mostrar suas emoções e expressar sua afetividade pois: ‘o homem não chora’, ‘não beija outro homem’, ‘deve exibir a sua força física’. Essa cultura reinante na sociedade colocou obstáculos para a figura masculina lidar com o seu lado emocional e humanitário.

[...] os homens se constituem como sujeitos: ‘a casa é coisa de mulher’, ‘criar filho é coisa para a mãe’, ‘ela tem mais jeito para isto’, ‘o homem responsável deve trabalhar e garantir que não falte nada para os filhos’. Esta forma caricata toca em um ponto central: o distanciamento dos homens latinos em relação à dinâmica familiar e seu envolvimento afetivo com a opção de ter filhos. O lugar de pai é, para a maioria dos homens, desconhecido afetivamente, há nele uma enorme lacuna e silêncio que o envolvimento exagerado com o trabalho e a delegação das responsabilidades domésticas para a mulher vêm mascarar (NOLASCO, 1995, p.88).

Porém, atualmente, algumas características são mais aceitas no universo masculino, como uma dose de sensibilidade, companheirismo, um ensaio ao diálogo, sem colocar em risco a 'macheza' e a masculinidade do homem, características estas, que não eram aceitas nas gerações passadas, pois ao homem era determinado o papel da segurança, do provedor e da austeridade.

O conceito de pai pode ser relativo ao indivíduo do sexo masculino que deu origem a outro ser, ou seja ao genitor. Essa definição é restrita e ressalta somente a importância da herança genética e da contribuição biológica do homem na confecção de seu filho, originando então a designação pai-biológico que exclui a importância das relações psicossociais e emocionais da interação pai-filho.

Esse significado pode ser ampliado, incluindo, também, o genitor que, além da contribuição genética, permanece

[...] em constante intercâmbio com a criança (num espaço de tempo determinado), escolhe construir junto ao seu filho laços afetivos duradouros em ambas direções (pai-filho,filho-pai) e é escolhido pelo menor como a figura parental significativa com base no apego emocional desenvolvido e não necessariamente por ser o progenitor (Martinez, 1999),

pois de fato figura masculina ser apenas o pai biológico não condiciona a existência de vínculo afetivo e de uma interação saudável entre ele e o filho.

Vemos nascer um outro tipo de paternidade que procura uma aproximação da relação pai-filho, um pai mais presente e participante. O homem está começando a se permitir adentrar no mundo das emoções, participar mais profundamente da educação dos filhos.

Dentro desse enfoque, podem - se destacar alguns pontos importantes na relação do pai e seu filho, segundo Martinez (1999):

- ❖ estabelecer contato prolongado e ter comprometimento com os filhos, construir, conservar e fortalecer os vínculos afetivos (dar atenção, carinho, compreensão, amor, limites);
- ❖ compartilhar a guarda e auxiliar no sustento material dos filhos;
- ❖ participar do processo de desenvolvimento dos filhos em suas diversas fases e etapas, auxiliando na descoberta e no crescimento das potencialidades e em seu processo de socialização;
- ❖ colaborar e auxiliar a mãe no processo educativo e nos cuidados com os filhos;
- ❖ zelar pelas representações maternas e paternas que os filhos possuem sobre os genitores, não denegrindo o parceiro, procurando fortalecer o respeito e o carinho dos mesmos pelos pais.

O exposto acima, não se refere apenas à paternidade, nem condiciona que o pai deva estar casado ou vivendo em união estável com a mãe de seus filhos. Essas orientações são diretrizes que podem delinear um bom convívio entre pais e filhos, fortalecendo os vínculos afetivos-emocionais e trabalhando em prol do bom desenvolvimento físico-psico-social e espiritual dos filhos.

Nesse contexto, a psicologia moderna afirma que não se deve delimitar papéis específicos para o pai e a mãe, pois corre-se o risco de tornarem-se obsoletos ou caírem no ridículo, como ressalta Osório (2000, p. 17):

Na família contemporânea, tenha o casal ou não filhos, cada vez mais confundem-se os papéis do homem e da mulher na vida conjugal. Atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de sair à rua para prover o sustento da família não só é um modelo arcaico que remonta às origens do processo civilizatório como soa hoje em dia como um estereótipo tangenciando o ridículo.

Porém, apesar dessa advertência, não se pode olvidar a influência que a presença ou ausência de ambos os cônjuges causam na vida e no desenvolvimento de cada criança e adolescente. Eis o desafio do homem: redescobrir sua paternidade com ransos tão rígidos, sem cair no erro de um excesso de permissividade, negando totalmente os atributos das gerações passadas.

4.2 A importância do pai.

Há poucos tratados que abordam sobre o tema paternidade. Poucos autores estudam tal assunto, sendo que o grande destaque fica para a maternidade.

Desde a concepção da criança, o lugar principal é destinado à mãe. Ela recebe o dom da gestação em seu ventre, sentido em seu corpo as transformações advindas da criação de um novo ser. Para a mãe são dedicados os cuidados médicos, psicológicos e as pequenas atenções. Já o pai é visto como um mero contribuidor biológico. Em seu corpo não há transformações, permanecendo com o papel de coadjuvante.

Durante muito tempo, não havia a participação do pai nos processos de gestação, amamentação, nascimento e puericultura, privilegiando-se somente a díade mãe-bebê.

Por décadas, o papel do pai permaneceu obscuro na relação parental. O pai era lembrado no momento da concepção, como o contribuidor genético e, depois, relembrado somente quando as crianças atingiam a idade de aprendizagem, principalmente se fosse menino, quando o pai participaria de brincadeiras masculinas: artes marciais, futebol, entre outros.

Para abordar sobre a importância do pai na vida dos filhos é necessário adentrar-se nos conhecimentos e teorias de outras ciências, principalmente da Psicologia e da Psicanálise. Há alguns estudos que voltam os olhares para o pai, demonstrando a importância de sua participação nesses processos.

Na teoria psicanalítica, tem-se que a formação da personalidade de um indivíduo ocorre através de constantes identificações com o outro.

A identificação é um “processo pelo qual uma pessoa assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo de outra e transforma-se total ou parcialmente a partir deste modelo” (CORNEAU, 1991, p.24).

A primeira identificação que a criança realiza é com a mãe, por meio da estadia no ventre materno, durante o período de quarenta e duas semanas, e após o nascimento, através do contato constante e no suprimento das necessidades de nutrição, cuidado e proteção. A mãe se apresenta para a criança uma figura onipotente e onipresente.

A figura paterna é o primeiro ser que vai penetrar no mundo infantil, interferindo na díade ‘criança-mãe’, auxiliando a criança na ruptura dessa identificação primária com a mãe, ampliando-a também para a identificação com o pai, a fim de formar a triangulação ‘pai-mãe-filho’. Segundo Osório, Lacan em sua teoria, afirma que o papel do pai

[...] seria o de introduzir a interdição ou a lei que regulamenta as relações humanas e submete o prazer ao princípio da realidade. Em outras palavras, o pai representa a cunha interposta entre mãe e filho para sinalizar a esta necessidade de renunciar à posse da mãe e dar curso a seu processo de individuação (2000, p18-19).

O pai, como participante desse triângulo, intervém como fator de separação, na simbiose 'mãe-filho', iniciando um processo de diferenciação. Se o pai é ausente na dinâmica familiar, "não há a transferência de identificação da mãe para o pai, o filho permanece então prisioneiro da identificação com a mãe" (CORNEAU, 1991,p.26). O pai apresenta-se como um terceiro elemento, introduzindo o distanciamento mãe-filho e incorporando a noção de realidade e de ordem na família.

O pai ajuda o filho a construir uma estrutura interna. Mais especificamente, sua presença vai permitir que a criança, particularmente o menino, tenha acesso à agressividade (afirmação de si e capacidade de defender-se), à sexualidade, ao sentido de exploração, assim como ao logos, compreendido como aptidão para a abstração e a objetivação. Ele facilitará igualmente a passagem do mundo da família para o da sociedade [...]. De fato, em geral as crianças que foram bem 'paternizadas' sentem-se seguras em seus estudos, na escolha de uma profissão ou na tomada de iniciativas pessoais (CORNEAU, 1991, p.27- 28).

O período de amamentação é outro momento em que a relação díade mãe - bebê é privilegiada. O pai normalmente se sente excluído deste momento.

Porém, a participação do pai como suporte é fundamental para que este período de vida da criança seja plenamente vivido. Através do compartilhamento das preocupações e dos cuidados com o bebê, com os problemas da vida cotidiana, pode-se propiciar um maior equilíbrio emocional à mãe, a fim de que ela possa manter-se saudável e continue a produzir o leite materno. Desse modo, o pai durante o período de amamentação pode oferecer apoio emocional à esposa, contribuindo para que esse período estenda-se ao considerado ideal, que é de aproximadamente dois anos, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS.

A participação do pai no cotidiano do recém-nascido assegura à mãe uma sensação de segurança e confiança, sendo que o bebê no convívio constante com a mãe capta essas emoções.

Durante o processo de crescimento e de desenvolvimento da criança, Malpique (1990) relata sobre as diferenças que os genitores que lidam com os filhos observam em sua fase exploratória. A tendência maternal é a de proteger a criança e intimidar essa exploração, já os pais procuram estimular e incentivar os filhos para novas descobertas, propiciando-lhes a segurança para a descoberta, exploração e domínio do meio ambiente. O pai é um estimulador da iniciativa e da destreza para a adaptação ao meio.

4.3 O distanciamento paterno : um legado sócio-histórico?

Toda criança possui um pai biológico, ou seja, um ser do sexo masculino que contribui com a sua especificidade genética para a fecundação do ser de sexo oposto, originando uma criança. Não se pode esquecer, também, dos pais falecidos, das inseminações artificiais e, mais recentemente, da possibilidade da clonagem. Mas convenha-se, o atributo masculino (esperma), sai especificamente do ser masculino que é somente considerado pai biológico. Tal fato já introduz na criança a noção de que para ser constituída necessitou da participação da mãe e do pai. Tal percepção aprofunda-se durante o convívio social com outras crianças e famílias e, diante da ausência do pai, resta a pergunta: - Mãe, cadê meu pai?

A expressão pai ausente contempla diversos significados, podendo ser relativa ao pai que é falecido, ou ao que abandonou a família por determinado motivo, não

possuindo mais relacionamento ou contato com a mesma; ao genitor que mesmo após a separação raramente convive com seus filhos, ou, ainda, para denominar o pai que está presente fisicamente no seio familiar, porém é totalmente periférico nas relações intra-familiares.

O distanciamento do pai do universo familiar pode ser encontrado nos padrões familiares que moldaram essa instituição no Brasil. No modelo da família patriarcal, tem-se a figura masculina investida de poder e de autoridade e despida de afetividade. O pai não participava da educação e da criação dos filhos, sendo essas tarefas especificamente femininas. O homem era destinado aos negócios e interesses externos.

Na família burguesa, tem-se a imagem masculina vinculada principalmente à tarefa de prover economicamente família. Nesse período, há uma valorização da intimidade do lar, porém o pai, continuava mantendo um distanciamento no contato e nas relações com os filhos.

Nolasco (1995, p. 13), afirma que, as

[...] análises que hoje os homens estão fazendo sobre sua condição têm na paternidade o fio condutor. A revisão do papel e da atuação do pai e sua inserção no cotidiano da casa fazem com que os homens reflitam sobre a relação com seus próprios pais, para nela identificar, na maioria das vezes, uma experiência de abandono, esquecimento e tensão. Por outro lado, os homens começam a perceber que este sentimento de abandono também foi experimentado por seu pai e seu avô.

A observação do autor remete à reflexão de como o modelo vivenciado na família, aliado às dezenas de anos em que o pai era considerado socialmente uma figura distante na participação e educação dos filhos, atua como um modelo

ideológico de reprodução, tendendo a se repetir e a ser transmitido por gerações e gerações.

Pichón - Riviere apud Martinez (1999), remete sobre a discussão dos papéis, relatando que existe um legado sócio-cultural que é transmitido ao indivíduo, através das gerações, por sua família e pela sociedade, que compreendem normas e modos de 'viver', valores éticos e morais, idéias e conhecimentos adquiridos. O indivíduo apreende esse conteúdo e o adapta, de acordo com as experiências vivenciadas.

Para o autor existe um imaginário social dado por idéias, imagens e estereótipos, isto é, representações simbólicas compartilhadas sobre o significado conceitual e pragmático de qualquer papel a exercer, e neste caso, também do exercício da paternidade. Tal imaginário se fixa no que a sociedade designa no decorrer da história, depositando nele um acúmulo de representações simbólicas, compartilhadas com certa homogeneidade pelas pessoas da época histórica de que se trata (Pichón-Riviere apud Martinez, 1999).

Assim, pode-se perceber que os indivíduos não nascem com a determinação de serem pais ou mães, ou sabendo exercer a maternidade ou a paternidade. Essa construção é socialmente produzida através da convivência social, da observação dos modelos familiares, das relações entre pais e filhos e das heranças culturais.

Essa malha invisível de relações naturaliza, cristaliza e condiciona determinados comportamentos sociais, como se os mesmos fizessem parte da essência do ser humano. Nessa perspectiva, a condição da maternidade feminina surge como um atributo indispensável à mulher, está na sua natureza, na sua genética, como se fosse biologicamente determinado. Porém, não se pode olvidar que a paternidade e a maternidade não são inerentes ao ser humano. São

representações simbólicas, historicamente construídas numa dada cultura e sociedade, não sendo, portanto, atributos naturais dos seres humanos.

O imaginário coletivo concebe que a responsabilidade principal pelos cuidados com os filhos cabe à mãe. A ausência paterna das relações familiares é mais tolerada socialmente, do que a ausência materna, sendo esta última carregada de preconceitos, estereótipos e culpas.

Tal reflexão faz-se imprescindível para libertar das determinações sociais cristalizadas e questionar-se os arcaicos modelos de pai-patrão, mãe-protetora, auxiliando a construir parâmetros mais flexíveis que atendam à real necessidade psico-social-emocional e espiritual dos seres humanos.

Em seu livro, Nolasco resgata a paternidade vista sobre diversas vertentes: sociológica, mitológica, psicanalítica e sociopolítica; chegando à conclusão de que todas essas correntes “concordam em um aspecto: a ausência do pai desestabiliza o desenvolvimento e a forma de engajamento social do filho” (NOLASCO, 1995, p.159).

Nesse ponto, é preciso esclarecer que a intenção não é supervalorizar a presença do pai num ambiente familiar. Sabe-se que a figura materna sempre foi valorizada, e a sua ausência no contexto familiar quase incabível. À paternidade sempre foi reservado um espaço pequeno quando comparada com a grandiosidade da maternidade e da influência materna no âmbito doméstico. Pretende-se, demonstrar que estudos retiram o anonimato paterno das relações familiares, reservando-lhe um local de importância na dinâmica familiar e suas interações.

Segundo Nolasco, os homens estão a procura de outro modelo, onde possam encontrar o seu lugar de importância e participação na dinâmica familiar e, também,

possam demonstrar a sua afetividade. Este modelo não existe e deverá ser construído, através de erros e tentativas e de se arriscar a fazer diferentes os modos historicamente delegados ao pai na relação familiar na cultura atual.

4.4 Alguns estudos sobre a ausência do pai

É bastante complicado falar sobre a importância da presença do pai na vida dos filhos, sem relatar sobre as conseqüências que a ausência do genitor ou de uma figura paterna pode ocasionar em sua formação.

Apresentar-se-á um breve relato sobre alguns estudiosos, suas pesquisas e conclusões sobre o tema abordado.

Aberastury & Salas (1984, p. 72) enfatizam a importância do pai para o filho desde sua concepção. Um pai ausente e psicologicamente fraco ou incapaz de assumir a paternidade, poderá acarretar no filho dificuldades na identidade genital, ou seja, em assumir-se como homem ou mulher.

No livro: A paternidade - um enfoque psicanalítico, os autores apontam que alguns filhos que possuem o pai ausente assumem precocemente os papéis e funções paternas e tentando substituir o 'lugar vazio'.

Isto se torna muito evidente quando há vários irmãos e o mais velho é o "companheiro da mãe", e que a auxilia e ajuda nas tarefas diárias, em detrimento do desenvolvimento de sua identidade própria. Vive em "como se" de adulto e pai, que o inibe no desenvolvimento de sua personalidade, no afiançar sua própria identidade futura (ABERASTURY & SALAS, 1984, p.86, grifo do autor).

Para avaliarem-se os efeitos em um ambiente familiar onde exista somente a presença da figura materna, devemos considerar algumas variáveis, segundo Mussem et al (1988, p.389)

da idade do filho quando o genitor se ausentou do lar, do sexo, do motivo da ausência do pai (morte, separação, abandono, entre outros), das ações e atitudes da genitora, e da possibilidade de outros familiares e ou adultos exercerem a função paterna (ou ocuparem o lugar destinado ao pai). Segundo os autores, as crianças do sexo masculino são mais afetadas pela ausência do genitor do que as do sexo feminino. Os meninos criados em um lar no qual pai é ausente demonstram menor interesse por brinquedos e atividades masculinas quando comparados com os que possuem a presença do pai e mãe. Também apresentam maior grau de agressividade e ansiedade do que os que convivem com o pai. Estas diferenças existentes entre meninos criados em um lar com a presença apenas da mãe e meninos criados na presença de ambos os cônjuges são mais acentuadas quando os pais se ausentaram do lar nos primeiros anos da criança.

Alguns tratados, como o de Biller (apud CORNEAU, 1997), apontam que a ausência do pai nos primeiros anos de idade dos filhos é mais prejudicial ao seu desenvolvimento. Meninos cujos pais não eram presentes durante os dois anos iniciais de vida, quando comparados a crianças que vivenciaram a ausência do pai em idade mais avançada, apresentavam desvantagens em vários aspectos de desenvolvimento de sua personalidade e psicológico, eram menos hábeis e apresentavam mais sentimentos de inferioridade.

meninos a quem o pai faltou quando eles tinham menos de dois anos revelaram-se menos confiantes e menos engenhosos; seu sentimento de inferioridade era maior do que o dos meninos a quem o pai faltara entre as idades de três a cinco (BILLER apud CORNEAU, 1997, p. 31).

Esse pesquisador verificou ainda que os meninos na idade de 5 anos, que não haviam convivido com o pai, possuíam uma orientação e preferências menos masculinas do que aqueles cujos pais eram presentes. Tal fator apresentava-se mais

acentuado nos meninos que tinham ficado sem pai antes dos 4 anos (MALPIQUE, 1990).

Ainda sobre a ausência do pai, nas crianças de sexo masculino, Hetherington (apud MALPIQUE, 1990) realizou pesquisas com crianças na faixa etária de 9 a 12 anos, que possuíam o pai ausente, e concluiu que elas apresentavam o comportamento menos masculino, possuíam maior dependência em relação a terceiros, eram menos agressivos e faziam menos brincadeiras de luta física do que os meninos cujo pai era presente; isso quando o pai era ausente desde os primeiros 4 anos.

Corneau afirma que

a falta de atenção do pai traz como consequência a impossibilidade de o filho identificar-se com ele para estabelecer a própria identidade masculina, do mesmo modo o filho não se sente suficientemente firme e confiante com a presença do pai, para que possa passar ao estágio adulto (CORNEAU, 1997, p. 24).

No condizente ao sexo feminino, pesquisadores afirmam que “a realização satisfatória no casamento e na vida sexual está correlacionada com uma relação afetuosa com o pai” (LUCKEYM apud MALPIQUE, 1990, p. 80).

No Brasil, a psicóloga Vera Resende (apud CEZIMBRA, 1999), da Universidade Estadual Paulista - UNESP - de Bauru, acompanhou, durante o período de três anos, 76 crianças com problemas emocionais (problemas de agressividade, indisciplina, baixo rendimento escolar, apatia, depressão, insegurança, dificuldades de relacionamento, hiperatividade), deduzindo que a maioria dessas crianças não eram doentes, apresentavam, porém, dificuldades nos relacionamentos familiares e, principalmente, expressavam a falta da presença paterna.

Sergio Nick (apud CEZIMBRA,1999) , psicanalista e autor do ensaio “Dano moral e a falta do pai - Algumas considerações sobre a produção independente”, realizou uma pesquisa com mães que obtiveram somente a contribuição biológica do homem para a geração dos filhos, caracterizada como produção independente e, também, com os filhos de mães que foram abandonados por seus parceiros. Em seus estudos chegou à conclusão que o maior risco que ocorre na relação mãe-filho, em que não se tenha a presença paterna, é que aconteça uma fusão mãe-filho, ou seja uma associação em que persista a certeza de que a mãe e o filho sejam suficientes um para o outro, e que a figura materna é capaz de suprir todas as necessidades do filho. Esse tipo de relação pode gerar distúrbios emocionais na criança, como criar-lhe no imaginário a responsabilidade de compensar a carência afetiva da mãe, prejudicando o seu desenvolvimento e sua independência.

Vizzotto (1988), em sua dissertação de mestrado, na qual estudou a variável ausência paterna e sua influência no rendimento escolar da criança, encontrou como resultado que a ausência da figura paterna influencia negativamente o rendimento escolar, à medida que causa prejuízos para o desenvolvimento da criança. Atribui esses

[...] danos à psicodinâmica - desenvolvimento e estruturação egoica, pelas dificuldades da criança em não ter um pai, uma figura masculina, como fonte de identificação necessária para seu crescimento, desprendimento narcísico primário com a mãe, para voltá-lo para o mundo externo. Indicando ainda, prejuízos na relativa elaboração depressiva e formação de símbolos. Verifica-se ainda, que quanto mais precoce a separação, mais prejuízos indicam ao desenvolvimento ulterior (VIZZOTTO, 1988, p. 06).

A autora relata, ainda, que a presença física do pai não basta para favorecer um bom rendimento escolar, é preciso que haja um envolvimento afetivo, uma presença interna. E acrescenta que

[...] o desenvolvimento psicológico infantil satisfatório em relação a paternidade, depende das relações entre pai-filho e entre pai-mãe, uma vez que também verifica-se o quanto o pai pode transmitir condições emocionais à mãe para que esta também as transmita ao filho (VIZZOTTO, 1988, p. 06).

Segundo Silveira (2000), estudos atuais, realizados no Brasil e nos Estados Unidos, demonstram que a participação do pai é primordial desde os primeiros meses das crianças. Uma pesquisa realizada na Universidade de Maryland, com 855 crianças, aponta que as crianças, cujos pais são presentes cotidianamente, apresentam maior auto-estima, facilidade de aprendizagem e menor tendência à depressão, comprovando a importância da presença do pai, ou de uma figura paterna, na vida das crianças.

Vários pesquisadores afirmam que o pai biológico pode estar ausente por diferentes motivos: morte, viagens, constituição de outro núcleo familiar, doença ou abandono, porém a criança necessita de um modelo masculino que possa substituí-lo. Tal pessoa pode ser um parente, um amigo da família, um avô, um padrinho, contanto que lhe dê carinho, amor e muita atenção. Os pesquisadores afirmam ainda que o contato pode ser até periódico ou esporádico, mas é necessária a existência do vínculo afetivo.

4.5 O âmbito Jurídico

No Código Civil, artigo 231, inciso III, está expresso o dever de sustento aos filhos menores, como dever dos pais. Desse modo, as crianças e adolescentes, até que atinjam a sua maioridade, ou sejam emancipados, têm direito a uma pensão alimentícia, sendo que "entre pais e filhos e entre cônjuges não existe propriamente

obrigação alimentar, mas dever familiar, respectivamente de sustento e de mútua assistência” (GONÇALVES, 1998, p.133).

No âmbito jurídico e legislativo é objeto de lei a garantia aos filhos dos direitos em relação aos seus genitores. Direito de saber quem é o pai, e que o nome deste conste na Certidão de Nascimento, direito à pensão alimentícia, recebimento de herança, entre outros. Mas, o que vai suprir a falta e o vazio que a ausência paterna e o abandono ou rejeição do genitor ocasionam na criança? O meio jurídico apresenta formas de reconhecer a paternidade, porém não ensina como lidar com a ausência do pai na vida da crianças.

CAPÍTULO V

“PESQUISANDO...”

5.1 Uberaba: um breve histórico

Para permitir uma melhor compreensão do contexto em que foi realizada a pesquisa, faz-se necessário descrever rapidamente a história da cidade de Uberaba, trazendo algumas nuances sobre a sua criação e o seu passado, reconhecendo alguns legados históricos, principalmente no aspecto econômico, sob os quais foi constituída a cidade.

A historiografia sobre a formação da cidade de Uberaba retratada no texto “Uberaba, Matriz do Brasil Central”, reporta aos primeiros habitantes destas terras, os índios, que viviam em pequenos grupos de famílias e buscavam a sobrevivência nos recursos oferecidos pela natureza. Terra habitada também por negros, em sua maioria fugidos dos cativeiros, que se aglomeravam em pequenos quilombos nessa região.

A civilização chegou com a construção de uma estrada, em 1722, denominada estrada do Anhanguera que ligava o porto de Santos a Uberaba e tinha como objetivo explorar ouro no sertão mineiro, para enviá-lo à metrópole. À beira dessa estrada, nasceu um povoado que oferecia descanso e alimento aos bandeirantes.

Em 1818, o povoado foi denominado Arraial da Farinha Podre, futuramente chamado de Uberaba que significa: águas claras e brilhantes, na língua indígena tupi-guarani. A característica marcante desta terra, desde os primórdios de sua colonização, foram a pecuária e a agricultura.

A história da economia e da sociedade uberabense no século XIX, no período compreendido entre 1812 - 1833, mostra que a população do arraial era de mil pessoas, constituída por brancos, negros e mulatos. A principal atividade econômica

era a pecuária. Era uma sociedade escravista, comandada por proprietários de terras. Os escravos eram chamados apenas por um nome comum, não possuindo sobrenome e eram considerados propriedades e mercadorias de seus senhores. Para a sua identificação era necessário citar o nome de seu proprietário.

Era natural o casamento entre escravos, porém os filhos eram vendidos, sendo separados de seus genitores. Com o Decreto Imperial de 15 de setembro de 1869, tornou-se proibida a separação da família escrava, se na mesma estivessem presentes filhos com idade inferior a quinze anos.

Devido a sua estratégica posição geográfica, porta de entrada para os estados de Goiás e Mato Grosso, o povoado foi crescendo e atraindo pessoas de outras regiões.

Uberaba começou a receber imigrantes que estimularam o crescimento comercial e a modernização urbana, promovendo o desenvolvimento da região. Esse fato somado ao surgimento de pequenas indústrias, contribuíram para a mudança dos hábitos e os costumes do povo uberabense e o fortalecimento sócio-econômico e cultural da cidade. Surgiram instituições de ensino, fábricas, novos estabelecimentos comerciais, hospitais, entre outros.

Atualmente, a cidade de Uberaba conta com a população de 251.159 habitantes, segundo o Censo Demográfico realizado no ano de 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Localiza-se no Triângulo Mineiro e destaca-se por seu desenvolvimento na agricultura, principalmente na produção de soja e de milho e na criação e exportação de gado, sendo considerada a capital nacional do ZEBU.

Após a apresentação de um breve panorama da cidade de Uberaba, parte-se para o desenho da metodologia utilizada para a realização desta pesquisa.

5.2 Metodologia

Para a concretização deste trabalho, realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi um alicerce fundamental para a estruturação deste estudo, “quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa” (CERVO, 1996, p.48). Desse modo foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre temas relacionados com o estudo em questão.

A pesquisa documental foi realizada no intuito de delimitar as creches que constituiriam nosso universo de pesquisa. No ano de 2001, a Secretaria de Trabalho Assistência Social, da Criança e do Adolescente - SETAS, vinculada à Prefeitura Municipal de Uberaba, realizou uma pesquisa sócio-econômica sobre o perfil das famílias que possuíam crianças inseridas nas creches municipais.

Essa pesquisa apresentou dados sobre a constituição familiar, grau de escolaridade, renda familiar, condições de habitação, profissão, hábitos sociais, configurando o perfil das famílias usuárias das creches municipais.

Analisando essa pesquisa, nota-se a existência de percentuais significativos de famílias monoparentais femininas, fato que comprovou a observação empírica da pesquisadora em sua prática como assistente social nesses equipamentos. Desse modo, foram escolhidas como universo de pesquisa as duas creches que apontaram

o maior percentual de famílias chefiadas por mulheres no ano de 2001, sendo elas a Creche Santa Maria e o Núcleo Infantil Bela Vista.

Outro momento em que se utilizou a pesquisa documental foi para a consulta aos prontuários das crianças inseridas nas creches municipais, com o objetivo de identificar e obter informações (composição familiar, endereço, telefone, inserção no mercado de trabalho, renda familiar) sobre as possíveis famílias a serem contactadas para tornarem-se sujeitos desta pesquisa.

Para adentrar no cotidiano vivido pelas famílias monoparentais femininas, procurando captar as relações intra e extra-familiares, a vivência cotidiana, seus valores e concepções utilizou - se a pesquisa qualitativa, pois esta

se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Como técnica de coleta de dados utilizou - se a entrevista. Segundo Minayo,

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (2000, p. 109 - 110).

Dentre os vários tipos de entrevista, usou - se a entrevista semi- estruturada, conceituada por Triviños (1995:140) como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações, etc”.

Foi utilizado um roteiro de perguntas (Anexo I), instrumento utilizado como facilitador e orientador da entrevista, contendo alguns questionamentos que delineassem o objeto de estudo, procurando ampliar, aprofundar e propiciar a emergência de fatos relevantes do conteúdo pesquisado (MINAYO, 2000).

Outra técnica utilizada foi a observação assistemática, visto que,

Nosso conhecimento do mundo físico e do mundo social se realiza a partir da observação espontânea, informal ou assistemática. Registramos os fatos observados a partir de nossa experiência, cultura, “visão de mundo”, tentando buscar uma explicação para a realidade e as relações entre os fenômenos que a compõem (CARVALHO, 1988, p.156).

Os sujeitos da pesquisa foram contactados através de contato telefônico, quando na oportunidade explicou-se a finalidade da pesquisa, convidando o indivíduo a participar da mesma.

As entrevistas foram realizadas na residência das mães chefes de família, em horário que as mesmas julgaram o mais oportuno, possibilitando o pesquisador adentrar de modo mais concreto na realidade vivenciada pelos sujeitos pesquisados. Vale ressaltar que as perguntas foram respondidas sob a ótica das mulheres entrevistadas, retratando a sua visão de mundo sobre os diversos temas aludidos. Os assuntos foram abordados de acordo com o interesse do entrevistado, não seguindo uma ordem rígida.

As entrevistas foram gravadas, com a prévia autorização dos sujeitos da pesquisa, que assinaram um termo de autorização expressando o consentimento de utilizar seus depoimentos na pesquisa (Anexo II). Em seguida, ‘as falas’ foram transcritas para a análise do conteúdo.

5.3 Caracterização do universo de pesquisa

As creches e núcleos são instituições que apresentam como objetivo a educação e a socialização das crianças. As creches municipais de Uberaba atendem crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e funcionam das 07 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

A Creche Municipal Santa Maria foi inaugurada em 27/06/00, prestando atendimento a sessenta crianças. Em 27/11/00 foi transferida de local, aumentando o atendimento para 105 crianças. Já o Núcleo Municipal Infantil Bela Vista foi criado em 1990 e atende crianças na faixa etária de 03 a 06 anos.

Alguns critérios orientam a seleção de crianças que podem ser matriculadas nas creches, são eles:

- ❖ crianças que se encontram em situação de risco pessoal e social (entre estas priorizam-se as crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Assistentes Sociais ou por determinação judicial);
- ❖ pais ou responsáveis que exerçam atividades laborais (fora do lar) no horário de atendimento da instituição;
- ❖ famílias que possuam renda per capita igual ou inferior a 50% do salário mínimo;
- ❖ localização da residência ou do trabalho dos pais ou responsáveis próxima à instituição.

Com base nos dados levantados através da pesquisa sócio-econômica sobre o perfil das famílias que possuíam crianças inseridas nas creches municipais, realizada pela Secretaria de Trabalho Assistência Social, da Criança e do Adolescente - SETAS

no ano de 2001, juntamente com os dados coletados pela pesquisadora nos prontuários das crianças matriculadas nas creches no ano de 2000, apresentou-se um breve levantamento de dados quantitativos, com a finalidade de esboçar timidamente alguns traços relevantes sobre o perfil das famílias atendidas nas creches em questão, reconhecendo que é:

significativo recorrer-se ao empirismo e à quantificação para melhor conhecer a realidade. Mas esse procedimento deve vir associado à análise qualitativa, pois ela possibilita um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber, requisitos fundamentais da ciência. Desse modo, o debate deixa de se caracterizar pela oposição e pela coexistência pacífica das abordagens, para se constituir em uma atitude de compatibilidade e cooperação mútua (MARTINELLI, 1999, p. 38).

As tabelas apresentadas a seguir, revelam dados que nortearam alguns parâmetros para se selecionar a amostra qualitativa.

Tabela 1

Tipos de arranjos familiares existentes na Creche Santa Maria e no Núcleo Bela Vista nos anos de 2000 e 2002

Tipos de arranjos familiares	Quantidade de famílias	Quantidade de famílias	Quantidade de famílias	Quantidade de famílias
	Creche Santa Maria ano 2000	Creche Santa Maria ano 2002	Núcleo Bela Vista ano 2000	Núcleo Bela Vista ano 2002
Pai e filhos	1	0	0	1
Mãe e filhos	12	11	7	6
Pais e filhos	28	62	29	35
Avós e netos	1	1	4	2
Mãe e família ampliada	3	23	10	5
Total de famílias	45	98	50	49

Na Tabela 1, percebe-se que o arranjo familiar predominante nas creches é o composto por pais e filhos, esse fato já verificado pelo estudo teórico efetuado, que mostra que a família nuclear é o modelo familiar mais comum em nossa sociedade, porém concomitante a ele, estão surgindo outros arranjos familiares. Verifica-se também que grande parte das mães que não possuem cônjuge residem com a família ampliada, fato que merece destaque e uma futura investigação.

Tabela 2

Renda familiar das famílias atendidas na Creche Santa Maria e no Núcleo Bela Vista nos anos de 2000 e 2002

Renda familiar (salário mínimo/s.m)	Creche Santa Maria ano 2000	Creche Santa Maria ano 2002	Núcleo Bela Vista ano 2000	Núcleo Bela Vista ano 2002
Até 1 s.m	10	10	6	19
Acima de 1 até 2 s.m	8	36	11	7
Acima de 2 até 3 s.m	5	31	14	18
Acima de 3 s.m	22	21	19	5
Total de famílias	45	98	50	49

Em relação ao quesito salário, percebe-se que a maior parte das famílias recebe de 1 até 3 salários mínimos, denotando que o aparelho público em questão atende prioritariamente a classe social mais vulnerabilizada perante as questões sócio-econômicas e políticas apresentadas pela conjuntura nacional.

Classe que é atingida mais fortemente pelo impacto das políticas sociais e direcionamentos governamentais adotados pelos dirigentes do país, e sofre mais acentuadamente com a realidade da precarização das relações do trabalho.

Tabela 3

Número de filhos das famílias atendidas na Creche Santa Maria e no Núcleo Bela Vista no ano 2002

Quantidade de filhos	Quantidade de Famílias Santa Maria	Quantidade de Famílias Núcleo Bela - Vista
1	44	12
2	26	20
3	17	7
4	7	-
Acima de 5	5	1

Na Tabela 3, percebe-se a redução da quantidade de filhos das unidades familiares, fato citado no estudo apresentado, sendo relevante a quantidade de famílias com um e dois filhos. Essa diminuição do número de filhos na família contemporânea, é observada também nas famílias de classes mais abastadas, revelando uma mudança no padrão cultural, visto que no início do século passado, era comum as famílias numerosas. Esse fato pode ser relacionado a conjuntura econômica-política e social do país da atualidade, aliado a uma maior divulgação de métodos de planejamento familiar pela mídia, e de políticas de saúde existentes neste âmbito.

5.4 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos deste estudo foram compostos de acordo com a orientação dada por Martinelli (1999,p. 24), através de sua concepção de sujeito coletivo, que implica

que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tenha uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.

Aliados aos dados obtidos nas tabelas apresentadas anteriormente, os quais possibilitaram traçar um perfil para selecionarmos os sujeitos da pesquisa, que são:

- ❖ família constituída pelo arranjo mãe e filhos;
- ❖ renda familiar de até 3 salários mínimos;
- ❖ possuir, no mínimo, dois filhos;

Outros critérios utilizados foram:

- ❖ mulheres que possuam a chefia de fato e a chefia de direito;
- ❖ originariamente a família nuclear ser constituída por pai, mãe e filhos, em união estável por pelo menos um ano, não implicando casamento civil ou religioso.
- ❖ separação do cônjuge pelo menos há dois anos;
- ❖ exercer atividades laborativas fora de casa (critério da creche para inserção da criança em seu atendimento);
- ❖ pertencer às camadas pobres da população, sendo a pobreza entendida como a desigualdade economicamente produzida e que extrapola o fato da renda ser insuficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, moradia, vestuário, lazer da família.

Desse modo, os sujeitos da pesquisa foram constituídos por cinco mulheres chefes de família; três famílias cujos filhos estavam inseridos na Creche Santa Maria e duas famílias atendidas pelo Núcleo Infantil Bela Vista.

Bourdieu apud Minayo (2000), em seus estudos, revela uma preocupação relativa ao fato circunstancial em que a fala de um indivíduo pode ser representativa da fala do grupo, e responde que a “identidade de condições de existência, tende a reproduzir sistema de disposições semelhantes, através de uma harmonização objetiva de práticas e obras” (p.110, 2000).

Desse modo, os sujeitos da pesquisas, escolhidos com base nos critérios acima elencados, são significativos, visto que, independentemente de suas particularidades, vivenciam situações similares, construindo suas objetivações a partir de suas experiências de vida.

CAPÍTULO VI

“ANÁLISE DOS DADOS”

6.1 O perfil e a 'fala' das mulheres chefes de família entrevistadas

As mulheres chefe de famílias entrevistadas foram: Amélia, Beatriz, Celina, Dora e Eliana. Aqui, relataram a sua história, deixando penetrar no universo da mãe-mulher-trabalhadora-chefe de família. Os nomes aqui apresentados são fictícios, resguardando a verdadeira identidade dos sujeitos da pesquisa.

Nessa pesquisa, procurou-se explorar a realidade vivenciada pela família monoparental feminina, sobre o ponto de vista da mulher chefe-de-família. Desse modo, apresentam-se seus pensamentos e concepções sobre os temas relacionados ao trabalho, organizações governamentais e não-governamentais, participação da família ampliada na interação monoparental, paternidade e socialização.

Para melhor identificação das famílias, inicialmente faremos um pequeno resumo da história de cada uma das entrevistadas.

Família A

Amélia, 22 anos, reside uma casa de três cômodos, com seus filhos: Alan de 6 anos, Alita de 5 anos e Aline, de três anos e meio. Amélia trabalha como doméstica de segunda à sábado, no período das 7 h 30 min às 15 horas. Alan está matriculado na escola e no Centro de Convivência; Alita está inserida no atendimento do Núcleo Infantil Bela Vista e Aline frequenta uma Creche Comunitária.

Quando tinha 15 anos, Amélia estava namorando e engravidou de seu filho mais velho, Alan. O pai da criança já possuía um relacionamento estável com outra mulher, com a qual morava. Desse modo, optou por não registrar o filho, não

reconhecendo a paternidade. Nessa época, Amélia morava com a mãe, porém não havia um bom relacionamento familiar, sendo um ambiente de brigas e conflitos.

Amélia conheceu o pai de Alita e após o fortalecimento do relacionamento decidiram morar juntos. O relacionamento durou aproximadamente dois anos sendo que, após esse período, ocorreu a separação do casal. Amélia atribui a separação às várias brigas que ocorriam entre o casal, além do companheiro já ter tido outra família e filhos, que influenciavam no seu relacionamento. Após a separação, retornou para a casa da mãe.

Com o desejo de se tornar independente, Amélia passou a residir em uma casa alugada juntamente com seus dois filhos. Seus pais são separados, porém a auxiliaram nesse objetivo. O pai doou 5 metros de um terreno para construir a casa em que mora atualmente, e a mãe ajudou financeiramente.

Amélia engravidou novamente de um namorado e teve sua filha Aline. Há aproximadamente quatro anos, Amélia é chefe de família. Segundo a mesma, o pai de Alan constituiu outra família e não possui contato com o filho. O pai de Alita é moto-taxista e retornou a conviver com a família, a qual tinha abandonado para residir com Amélia. Ele também não possui contato com a filha. Já, o pai de Aline é viajante, permanece pouco tempo na cidade de Uberaba, porém mantém relacionamento com a filha.

Família B

Beatriz, 28 anos, é chefe de família há dois anos, desde que seu companheiro, Bonifácio, com o qual morava há nove anos, abandonou-a, indo trabalhar no estado de Mato Grosso.

Possui cinco filhos: Bernardo de 14 anos, fruto de um estupro, que ocorreu quando Beatriz tinha 14 anos; Bianca de 11 anos, que nasceu através de um relacionamento com um namorado; Breno de 7 anos; Brígida de 5 anos e Bárbara de 1 ano e oito meses, filhos de Bonifácio.

Beatriz mora em uma casa de três cômodos com seus filhos, porém no mesmo terreno há outras duas casas, numa reside um sobrinho de 22 anos e na outra mora a sua mãe e um irmão que trabalha em uma fazenda e retorna para casa nos finais de semana.

Exerce a função de catadora de papel, trabalhando das quatro e meia da manhã até as três horas da tarde. Atualmente retornou aos estudos no período noturno, freqüentando a 5ª série do projeto “Acertando o Passo”, projeto de aceleração dos estudos, que possibilita a feitura de cada série em seis meses (normalmente demoraria um ano no ensino regular).

Família C

Celina é doméstica e trabalha de segunda a sexta na casa de uma família. Possui duas filhas: Cláudia de 11 anos e Carla de 6 anos. Reside em uma casa cedida por seu ex-marido, Cícero, no fundo da residência de seus sogros.

Celina morou com seu esposo durante três anos. A separação ocorreu devido ao marido envolver-se emocionalmente com outra mulher, com a qual foi morar. Como na época não trabalhava, não possuía condições para pagar um aluguel e se sustentar, Cláudia foi morar com os avós paternos na casa da frente e Celina continuou residindo na casa dos fundos. Cícero rompeu o relacionamento, retornando a conviver com Celina, e tiveram a filha Célia, porém o relacionamento

não durou. Celina não é separada judicialmente e, atualmente, seu ex -marido mora com os pais. Celina é chefe de família há oito anos.

Família D

Dora, possui três filhos: Duarte - 14 anos, Débora - 11 anos e Diana - 6 anos, com os quais reside em uma casa própria, de três cômodos. Trabalha segunda, quarta e sexta, em um emprego como doméstica, e as terças e quintas realiza faxina em outra serviço.

Casou - se com Danilo, no civil e no religioso. O casamento durou três anos e meio, sendo que o casal teve dois filhos: Duarte e Débora. Dora relata que, há alguns anos atrás, quando estava grávida de três meses de Débora, no período de carnaval, seu marido estava se ausentando bastante de casa. Descobriu que Duarte estava morando com um travesti. Dora procurou um advogado e divorciou-se do marido. Danilo morou três anos com o travesti e se separou. Atualmente mora com uma mulher, que possui uma filha de 14 anos.

Após três anos divorciada, Dora conheceu Davi, pai de Diana, com quem teve um namoro que durou um ano e meio. Após o rompimento do relacionamento, devido a brigas, Davi mudou-se para o Guarujá, sem saber que a namorada estava grávida. Dora procurou-o para registrar a criança e ele se recusou assumir a paternidade. Quando Diana estava com três anos, Davi retornou a Uberaba, para conhecer a filha, registrá-la e pagar a pensão alimentícia. Há aproximadamente onze anos é chefe de família.

Família E

Eliana, 41 anos, é doméstica e trabalha de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 19 h 30 min, em casa de uma família. Possui dois filhos: Edna de 17 anos e Eduardo de 5 anos.

Sua filha Edna nasceu de um relacionamento com um namorado com o qual morou três meses, com quem iria se casar. O relacionamento terminou após Eliana descobrir várias traições do namorado. Quando Edna tinha nove meses, retomaram o relacionamento com a intenção de se casarem, porém o relacionamento foi rompido novamente devido a novas traições. O pai de Edna, não registrou a criança, apesar de saber de sua paternidade. Atualmente, ele constituiu outra família.

Após seis anos de rompimento do relacionamento, Eliana conheceu o pai de Eduardo, com o qual conviveu em união estável por três anos, ocorrendo a separação após esse período. Há aproximadamente seis anos é chefe de família.

6.1.1 Síntese das trajetórias de vida

Analisando a síntese das trajetórias de vida das entrevistadas, percebe-se que todas já vivenciaram a configuração familiar nuclear. Podem-se ainda visualizar os fatores que influenciaram a transformação dessas em famílias monoparentais femininas.

Cada história, demonstra particularidades e peculiaridades, porém, todas apresentam uma experiência comum: a de serem responsáveis pelas decisões e pela manutenção de suas unidades domésticas. Através da riqueza dos olhares dessas

mulheres é que se penetrará dentro das relações e do cotidiano das famílias monoparentais femininas.

A seguir, são apresentadas as ´falas` dos sujeitos da pesquisa. Realizou-se uma transcrição literal das entrevistas, procurando ser fiel à linguagem e às expressões usadas pelas entrevistadas, visando não deturpar com possíveis interpretações o que elas desejaram expressar.

6.2 Participação da família de origem e da família ampliada na dinâmica familiar monoparental feminina.

A literatura nos mostra que as famílias pobres possuem uma rede de solidariedade e apresentam também diversos recursos e mecanismos como estratégias de sobrevivência. Um deles é a circulação de crianças e a participação de parentes e amigos como ajudantes tanto financeira quanto educacionalmente no âmbito familiar.

Quanto à participação e à cooperação de parentes na educação e no cotidiano das famílias, obtivemos os seguintes depoimentos:

Amélia relata que o familiar mais presente em sua família é sua mãe:

[...] minha família me ajuda muito, principalmente a minha mãe, assim, às vezes eu quero fazer alguma coisa, saí, alguma coisa assim, minha mãe olha os meninos para mim. Se meu filho adoecer, um deles, eu tenho que ficar internada, ela fica com os outros, cuida dos outros pra mim. Quando ela pode, não é sempre que ela pode, mas quando ela pode ela me ajuda muito.

Relata possuir uma irmã que a ajuda muito também:

A minha irmã me ajuda também bastante [...] O que ela pode fazer por mim ela faz, sabe. Às vezes, o meu salário, às vezes não dá, porque eu pago umas contaiada aí. Aí, ela faz compra pra mim. Se eu peço um dinheiro pra ela

emprestado pra compra alguma coisa ela não me cobra. Ela até me dá esse dinheiro, porque ela ganha bem melhor que eu. Também é outra que me ajuda muito [...].

Seus pais, apesar de estarem separados a ajudaram a construir a casa

Meu pai me deu, me deu o terreno e a minha mãe me ajudou a construir a casa [...].

Quanto `a Beatriz, esta aponta que quem mais a auxilia é sua mãe:

Ah, me ajuda em muita coisa. Ajuda, igual ela olha os meninos pra mim trabalha, quando eu preciso dela pra busca a menina na creche ela vai, ela ajuda muito.

Celina não possui parentes na cidade de Uberaba, sua família mora em uma fazenda, na cidade de Conquista - S.P.

Eles são muito bom pra mim, mas mora muito longe, né. [...] De vez em quando a minha irmã vem,ela até queria levar a Carla pra lá e eu não deixei sabe. Mas nas fêria, ela vai lá pra minha mãe, porque é roça, né. Então eu quebrei o pé, fiquei quase 4 mês de pé engessado e ela foi pra lá [...] ficou só um mês, porque não tinha gente pra leva na creche, aí ficou lá.

Os pais de Dora são falecidos, sua irmã é o familiar que mais contribui. Possui irmãos, que são seus vizinhos, porém não a auxiliam em nada.

Ela mora em Uberlândia, ela tem um supermercado. Às vezes eu vou lá, eu trago compra sabe, ela me dá dinheiro pra mim pagá, às vezes eu ligo pra ela e falo pra ela me arrumá, esse mês me aperto a luz, a água, aí ela pega e me dá dinheiro, aí, às vezes, quando meu irmão vai pra lá ela manda compra pra mim.

A mãe de Eliana faleceu quando ela tinha treze anos. Eliana afirma que seus familiares não a auxiliam atualmente, somente sua filha Edna que cuida do irmão.

Porém que já a auxiliaram:

A minha irmã mais velha, até que, por exemplo, logo que o Eduardo nasceu, [...], ela me ajudou bem, eu precisava de dinheiro ela me emprestou, ela comprava as coisas pra ele sabe, dava banho nele nos primeiros dias, arrumava a casa pra mim.

Nos relatos apresentados percebe - se que o auxílio dado pela família ampliada se apresenta de formas variadas: cuidados com as crianças, empréstimo de dinheiro, doação de gêneros alimentícios, permanecer determinado período com as crianças, entre outros.

No depoimento de Amélia e Beatriz, visualiza-se uma maior presença de familiares que participam e auxiliam na dinâmica familiar monoparental feminina, caracterizando a solidariedade parental retratada por Carvalho (1988). Nestes relatos a figura da mãe, avó das crianças, torna - se central, como uma extensão da família monoparental, suprimindo as necessidades familiares na ausência da mãe.

Celina e Dora apontam em seus depoimentos a limitação desta solidariedade. As ajudas prestadas pela família ampliada são esporádicas e pontuais, representada às vezes por algum auxílio material, ou algum compartilhamento de responsabilidades no cuidar das crianças durante algum momento de precisão.

Deste modo, percebe-se que nem sempre o familiar apresenta disponibilidade ou o desejo de atender as necessidades e os imperativos da família monoparental, seja pela distância da moradia, pela falta de recursos financeiros, ou por motivos de ordem pessoal. O fato é que quando o sistema de apoio não apresenta disponibilidade de atender as necessidades do familiar solicitante, não conseguindo suprir a demanda momentânea, pode surgir uma situação emergencial de risco e vulnerabilidade social.

[...] chega sábado, domingo, às vezes, eu tenho que sair, minha mãe não pode olhar eles pra mim, principalmente no sábado, que eu saio, que eu trabalho, porque no domingo nem é todo domingo. Eu tenho que deixar eles aqui sozinho. É isso. Eu sei que é errado, que é contra a lei. Eu tenho já problema como juizado de menor por causa disso[...] (Amélia).

A declaração de Amélia demonstra a existência de um risco real para seus filhos. Ao sair de casa para o trabalho, deixando seus filhos sozinhos, várias situações inesperadas podem ocorrer.

Este relato indica a ausência de políticas públicas para atender a esta população. Várias mães trabalham no sábado, e não tem com quem deixar seus filhos, pois geralmente as creches, equipamentos comunitários e escolas não funcionam aos finais de semana. Faz-se necessário o planejamento de políticas sociais que atendam as necessidades das famílias monoparentais.

Outro tipo de auxílio que se percebe é a doação de objetos, roupas, calçados e gêneros alimentícios dos patrões para seus empregados. É outra forma de se conseguir recursos para a família.

A minha mãe dá da patroa dela, que não serve pra ela né, e serve pra mim, ela traz. A filha da mulher onde que eu trabalho, da minha patroa, ela me dá da filha dela, e vai indo (Celina).

Essa menina que eu lavo e passo, ela me dá umas roupas, alguma coisa usada[...] (Eliana).

Esse tipo de auxílio é denominado por Carvalho (1998) como a solidariedade apadrinhada, na qual através do vínculo existente entre patrão e empregado, este último se beneficia através de doação de objetos, roupas e utensílios, que não era mais útil ao primeiro.

6.3 O trabalho

Em relação ao que significa o trabalho e a sua importância na vida das entrevistadas, apresentamos os depoimentos abaixo.

Amélia trabalha de doméstica, possui a carteira de trabalho regularizada e recebe o valor de um salário mínimo mensal. Sua jornada de trabalho é de segunda a sábado das 7 h 30 min às 15 horas. Sobre o significado do trabalho responde:

Ah...trabalho pra mim é...uma forma que eu tenho pra mim ganhá meu dinheiro, mantê minha casa, mantê meus filho.

Beatriz é catadora de lixo, levanta às 4 h 30 min da manhã para exercer essa atividade e retorna para casa às 15 horas. Por esse trabalho recebe o valor de R\$40,00 a R\$70,00 reais mensais, no momento sua única fonte de renda fixa. Em seu relato sobre o trabalho afirma:

É difícil, né. Eu acho difícil. Se eu arrumasse outro era melhor.

Sobre a possibilidade de arrumar outra atividade, responde:

[...] é difícil, tem que te primeiro grau, isso e aquilo [...] se eu não tivesse catando lixo , eu estava parada, aí é bom que como se diz, eu tô trabalhando de qualquer jeito, né.

Doméstica é a profissão de Celina que possui a carteira de trabalho regulamentada e trabalha de segunda a sexta das 8 horas às 15 horas, na casa de uma família. Para ela o trabalho,

[...] ajuda a mantê a casa, né.

Fala que trabalha para

[...] sustentá a casa. Até fome eu já passei.

Nas segundas, quartas e sextas, Dora trabalha como doméstica em casa de uma família e recebe o valor de R\$150, 00 reais mais uma cesta básica. Nas terças e quintas é faxineira em outra residência, recebendo R\$100,00 reais mensais. Não possui carteira de trabalho regularizada. Sobre o trabalho, afirma:

[...] hoje eu tava falando pros meus menino, quanto mais você trabalha, mas cê..., não sei né, tá faltando isso, tá faltando aquilo, aí tem que trabalha [...]

Eliana trabalha como doméstica. Não possui a carteira de trabalho regularizada. Sua jornada de trabalho é de segunda a sexta, das 8 horas às 19h 30 min, e recebe dois salários mínimos mensais e mais o vale-transporte. Sua afirmação sobre o trabalho é:

Ah! Tem que trabalhá pra vivê, né, não dá, pobre não vive sem trabalho.

A maior parte das entrevistadas exerce a atividade de doméstica em residências familiares. Atividade que exige uma baixa qualificação e apresenta pouca remuneração. O trabalho apresenta-se muitas vezes como fruto das condições sócio-históricas que não lhes apontaram outras possibilidades de obter sustento.

Analisando os depoimentos, verifica-se que o trabalho para essas famílias significa principalmente um meio de sobrevivência, a forma de obter o dinheiro para manter a família e suprir as necessidades básicas. O trabalho é a principal fonte de renda dessas mães.

O trabalho não regulamentado é o predominante. Das cinco mulheres chefes de família entrevistadas, somente duas possuem a carteira de trabalho registrada, e seus direitos trabalhistas resguardados.

O vínculo empregatício da maioria das entrevistadas não apresenta estabilidade. Não há uma preocupação iminente em se obter um trabalho

regulamentado, pois a maior preocupação consiste em conseguir manter o emprego para a manutenção familiar, ou seja, é ter um salário.

Nos discursos pronunciados sobre o trabalho não se detectou uma satisfação pessoal na realização do mesmo. É notório que o trabalho é quase uma obrigação, uma necessidade primária para o sustento familiar.

Percebe-se, ainda, que o trabalho se apresenta com um fazer contínuo e repetitivo, que vai se revelando em um sofrimento físico e psíquico. Não há satisfação naquilo que se realiza, e nem o reconhecimento desse trabalho, existe principalmente a necessidade de garantir a subsistência.

A maioria das entrevistadas afirma que a renda proveniente do trabalho é insuficiente para manter as despesas e o orçamento doméstico, sendo que a maior parte das mulheres procuram exercer atividades complementares para reforçar o orçamento doméstico.

[...] eu ganho R\$ 200, 00 reais, trabalhando lá na D. Almerinda e ganho mais R\$50,00 lavando uma roupa, que eu lavo de quinze em quinze dias na segunda -feira. É a única renda que eu tenho [...] não dá, não dá. Eu pago R\$ 10,00 reais na creche de Aline, R\$ 3,00 reais na da Alita e R\$ 5,00 reais na do Alan, aí são R\$18,00 reais. Pago R\$ 35,00 de luz, pago R\$42,00 de água, tem mês, não é todo mês não. Tem mês que tem o gás pra compra, remédio, porque eles adoce muito, então o remédio é tudo do meu bolso. É roupas, é calçado, é comida pra cá, meu salário, tirando o dinheiro das minhas prestação pagando a minha água e a minha luz, não sobra dinheiro pra mim. Vai chegando assim, fim de mês eu tô super apertada, eu tenho um monte de conta pra paga e não tem como[...] (Amélia, que na data da entrevista estava com a água cortada).

[...] a renda é pouco [...] tem que faz as despesas, às vezes tem a farmácia, apesar que eu compro, põe na conta, mas aí eu tenho que controlá, se não, não dá pra comprá. Roupa calçado mesmo quase não sobra, mais é ganhado. Ainda bem que eu ganho (Celina).

Às vezes eu passo roupa, de vez em quando, quase não tá achando serviço, né (Celina, sobre atividades extras).

Eu costurava uns sapatos, só que parou de novo [...] A fábrica tem vez que ela começa e depois para (Beatriz).

Às vez não dá, às vezes, Nossa Senhora! Às vezes tem que pula de outro jeito. Ai tem que cata outras coisa pra fazê, tem que pega uma faxina, tem que procurá[...] Sozinha, minha filha, ninguém me ajuda de nada, então tem de ir atrás (Dora).

[...] porque a gente passa apertado, acaba passando [...] assim, de sábado e domingo eu lavo uma roupa, lavo e passo [...] ganho um salário por mês [...] (Eliana).

É importante ressaltar as estratégias utilizadas para a sobrevivência das famílias que tanto buscam no trabalho assalariado, quanto no trabalho eventual recursos para suprir as necessidades de sua família.

Os trabalhos extras, ou seja, uma faxina, lavar roupa, passar roupa, ou ainda costurar sapatos para uma fábrica são os meios que essas mulheres encontram para conseguir algum dinheiro extra para reforçar o orçamento doméstico. Desse modo, elas abrem mão de horários livres, de finais de semana, de um tempo destinado ao descanso e da família para realizar essas atividades, quando ocorre a necessidade de completarem o orçamento doméstico.

Observa-se que, excetuando Amélia e Eliane que possuem essas atividades complementares fixadas mensalmente, as outras mulheres procuram os recursos de trabalho extra somente quando existe uma necessidade, caracterizando atividades eventuais, em um período emergencial para a família.

6.4 Recursos de Organizações Governamentais e não governamentais utilizados pelas famílias.

A presença do terceiro setor na sociedade brasileira, como meio de combater a pobreza e prestar assistência às classes mais empobrecidas é uma realidade que se expande no país. Concomitantemente, temos o retraimento do Estado no campo da assistência. Todas as entrevistadas são atendidas pelo programa municipal das creches municipais, porém, pretende-se analisar se nesta amostra percebe-se a presença de outras Organizações Governamentais (OG's) ou Organizações Não-Governamentais (ONG's) que prestam algum tipo de auxílio a esse arranjo familiar.

[...] quando eu tô apertada, que eu vejo que meu dinheiro não vai dá mesmo, que a minha irmã não tá aqui, aí eu consegui uma cesta básica da prefeitura, através de uma amiga minha, mas nem sempre. Às vezes que vou na prefeitura pra pedi pra eles, eles pega e fala, fala que não tem e que agora eles não pode mandá, que não sei o que[...] (Amélia).

Eu tinha uma bolsa escola só que perdi [...] Ah! Meu menino não tava indo pra escola, tava faltando (Beatriz).

Beatriz, relata que recebe uma cesta básica mensal do Fórum de Uberaba:

Ah! Me falaram que davam, aí eu fui lá e fiz o cadastro. Aí eles vieram na minha casa, vê que eu preciso, foi assim[...]

tem o bolsa escola que é de R\$15,00. Tem mês que vem R\$30,00 por causa do vale gás também (Celina).

[...] o que eu tô recebendo é só a bolsa alimentação da Diana. A bolsa alimentação, eu comecei a receber tem dois meses, é assim, é de 0 a 6 anos, eu nem sabia, eles vieram aqui em casa, e aí a mulher falo assim, perguntou a idade dela, o peso dela, aí tem um dia mandaram uma carta pra mim, pra mim ir lá e recebe um cartão, aí eu recebo. [....] fiz o bolsa escola, mas não saiu (Dora).

Já, Elaine relata não receber nenhum auxílio de órgão governamental, porém:

Eu queria até fazer o vale gás que tava tendo, [...], quando eu descí a fila tava enorme, a gente tem o serviço, aí, meu Deus, muitas coisa vai ficando.

Pelos depoimentos apresentados percebemos que Beatriz, Celina e Dora, recebem auxílios mensais de recursos governamentais. São recursos homogêneos e paliativos, de caráter compensatório e complementar, que tentam amenizar o impacto da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, mas que não atendem as reais necessidades da população. Para promover as famílias em situação de pobreza e exclusão, não bastam as políticas setoriais e paliativas, são necessárias políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza e a construção da cidadania.

A situação retratada por Beatriz, uma demandatária potencial de políticas sociais ser excluída de um benefício, por seu filho não frequentar a escola, revela que o fato dos usuários não atenderem a determinados critérios pré-estabelecidos, exclui automaticamente o acesso aos benefícios. Ignora-se o fato de que possa surgir uma situação de vulnerabilidade familiar, e não apresenta a possibilidade de encaminhamento familiar a outro benefício, ou de promoção a este usuário. Evidencia-se, assim, uma realidade de políticas excludentes, fragmentadas e pontuais, que não conseguem abarcar as demandas sociais que lhe são impostas.

No discurso proferido por Amélia e Elaine, detecta-se a dificuldade de acessibilidade aos benefícios assistenciais. Amélia afirma ter procurado várias vezes o recurso assistencial de uma cesta básica na prefeitura, em situação emergencial, não sendo atendida. Acrescenta que teve acesso ao benefício somente quando procurou uma amiga que é funcionário da Prefeitura, indicando a existência do favoritismo, nos atendimentos prestados.

Na perspectiva assistencial, os serviços públicos se destinam a uma população dita 'carente e minoritária'. Neste sentido são prestados em condições precárias quantitativa e qualitativamente, e estabelecem clientelas elegíveis dentre os demandatários (SPOSATI, 1998, p.30).

A dificuldade de acesso aos recursos se exprime também através da maratona de burocracias para ser atendido em determinados programas: filas, preenchimento de cadastro, apresentação de documentos, exposição da situação vivenciada, entre outros, que colocam o usuário em uma relação de subalternidade ao Estado e não de direito de um cidadão. É o Estado que determina as regras e os parâmetros de acesso aos serviços que oferta, mantendo e reproduzindo as desigualdades sociais.

Percebe-se a escassez de recursos para o atendimento da população e ainda a falta de cobertura das políticas sociais, que não atinge grande parte de seus demandatários. “Quando se fala em políticas públicas, faz-se necessário lembrar: nenhuma política pública pode ser pensada sem um maior conhecimento da situação concreta das populações destinatárias” (GOMES, 1994, p. 61). Verifica-se através dos depoimentos a inexistência de políticas públicas que atendam as necessidades específicas das famílias monoparentais.

No âmbito das organizações-não-governamentais, há apenas a procura de auxílio em instituições de cunho religioso, representando a solidariedade missionária (CARVALHO, 1988).

Ninguém nunca me ajudou. Eu procurei uma vez porque eles pesavam aqui. Na Igreja Nossa Senhora da Aparecida. Aí, eles falaram que estavam dando cesta básica, só que era para as pessoas mais pobres, que tinham mais filhos que não sei o que, porque eu só tinha três, então não podia entrar (Amélia).

Eu tinha ajuda da Igreja só que me cortaram [...] Ah! A mulher falou que tinha uma mulher que ia dar uma cesta todo mês, e ela estava procurando uma mulher que tinha mais filhos. Aí, ela me indicou, mas ela trouxe só um mês, depois sumiu (Beatriz).

Das entrevistadas, somente Amélia e Beatriz já solicitaram auxílio de órgãos não governamentais, no caso instituições de caráter religioso. Pela fala das duas depoentes detecta-se que o auxílio é pontual, descontínuo, e seletista, uma vez que atende somente o mais necessitado dos necessitados. “A ação assistencial ao nível do senso comum é compreendida pelas suas circunstâncias imediatas” (SPOSATI, 1998, p.56).

6.5 A participação do pai na interação familiar monoparental feminina

Para perceber como se realiza a participação do pai na família chefiada por mulheres, buscou-se o ‘olhar’ dessas mulheres sobre pontos significativos, como: se o pai auxilia nos cuidados com os filhos abarcando o setor financeiro, social e educacional; se os filhos expressam a falta do pai; a ausência e a participação do pai na interação familiar; se existe alguém que representa a figura paterna para as crianças cujos pais estão ausentes e, finalmente, a opinião das mães sobre a importância da participação do pai na interação familiar.

Nas famílias entrevistadas, às vezes, encontramos filhos de uma mesma mãe que possuem pais diferentes. E esses pais se relacionam diferentemente com estes filhos, sendo que, na mesma família, encontramos pais totalmente ausentes e outros mais participativos. As experiências coletadas geraram uma grande riqueza de dados, permitindo uma análise mais aprofundada da participação do pai.

6.5.1 Participação dos pais no contexto familiar

O distanciamento do pai das relações familiares é encontrado nos padrões familiares patriarcal e burguês, sendo que neste último cabia aos pais somente o papel de provedor e do cuidado das relações externas à família. Com a evolução da sociedade e as mudanças sócio-econômicas e culturais ocorridas, o pai foi convocado a ter uma participação mais efetiva nas relações familiares. Pretende-se explorar como é essa participação nas famílias monoparentais femininas.

O pai dos meus dois filhos, eles é ausente porque eles rejeitaram eles (Amélia sobre os pais de seus filhos Alan e Alita).

O pai da minha filha pequena, ele é uma excelente pessoa, ele, não é que ele é ausente, ele é viajante, então sempre quando ele pode, ele vem vê ela. Se eu chegá pra ele pedi alguma coisa pra menina ele faz pra ela. É, é, é, o único que cuida, que ajuda cuida da menina. Tudo quanto é coisa que eu precisa é só liga pra ele que ele vem e me ajuda com ela. Agora os outros dois eu não quero nem sabe (Amélia, sobre o pai de sua filha caçula - Aline).

Ah! Ele vêm vê ela, ele vem vê ela, pega ela, leva ela pra passeá sabe, e se ela adoecer, eu ligo pra ele, ele vem, ele vem, busca ela, me leva no hospital com ela, ela sai do hospital, ele liga, toda a semana ele liga, porque ele não fica aqui, liga pra sabe, com é que ela tá, se ele tá bem, se ela não tá precisando de nada, conversa com ela, ele é pai de verdade, eu queria que o pai dos outros fosse que nem ele (Amélia).

[...] ele liga de vez em quando (Beatriz).

Celina relata que suas filhas vêem o pai todos os dias, pois ele mora na casa da frente.

Participa. Ah! Assim, tudo. Ele ajuda, por exemplo, eu vou conversar com ele a respeito de alguma coisa se ele concordar tudo bem, senão né, tem que ser [...] (Celina).

É, o pai delas ajuda né, mas a renda é pouca, e eu tenho que trabalhar pra ajuda [...] R\$50,00 reais, tem vez que R\$80,00 reais (Celina).

[...] ele da pensão direitinho, liga, pergunta se ela tá boa, se ela precisa de remédio, se ela tá doente, quem disse, agora até passou dos limites [...] todo final de semana ele liga (Dora sobre o pai de Diana, após por vontade própria reconhecer a paternidade quando a criança estava com três anos).

Sobre o pai de seus outros dois filhos, Dora relata:

Ichi! Não ajuda um nada, em nada, até hoje. [...] se os menino fica doente, aí, ele fica doente, ele não tá nem aí, se manda ir 'lá, ele não tem dinheiro, ih! Você precisa de vê (Dora).

[...] depois que ela cresceu, ele procurou, mas ficou só prometendo, não fez nada[...] (Eliana sobre o pai de Edna).

[...] até que é normal, se preocupa, praticamente toda semana ele vem, brinca um pouquinho com Eduardo, chega morrendo de cansada, mas ele fica um pouquinho, brinca, mas de vez em quando leva ele pra sai [...] (Eliana, sobre o pai de Eduardo).

Quanto a ajuda financeira:

Ajuda, nada estipulada, sabe, dá o que quer dá, acaba que tem mês que tá apertado, não dá nada (Eliana).

O modelo de pai retratado pelas entrevistadas se apresenta como uma figura distante e periférica sobre os assuntos relativos aos seus filhos. Com exceção Cícero, pai de Cláudia e Carla, que possui um contato mais próximo com as filhas, em parte devido a proximidade das residências, os outros pais, quando se fazem presentes, apresentam um contato mais distante e participam pouco do cotidiano de seus filhos: contatos telefônicos eventuais, visitas semanais, um auxílio financeiro ou em questões emergenciais. A responsabilidade maior com os filhos cabe a mãe.

Através do estudo histórico das famílias efetuado no Brasil, percebemos que a mulher era a principal responsável pelos cuidados com os filhos, no tocante à educação e demais responsabilidades, permanecendo o homem apenas com o papel

de provedor. Perpetuou no imaginário coletivo, esse papel delegado historicamente à mulher: de mãe, protetora, amorosa e cuidadora. Desse modo, percebe-se a ideologia reinante de que os cuidados dos filhos cabem primordialmente às mães, sendo mais tolerado socialmente um mau pai do que uma má mãe, visto que a mulher, através das determinações sociais, já se apresenta como quase naturalizado o seu papel de mãe.

Nas famílias chefiadas por mulheres, percebe-se que a mãe assume a global responsabilidade sobre os filhos, reproduzindo o seu papel histórico, sendo a promotora dos cuidados de alimentação, vestuário, educação, entre outros, e a figura paterna, agora ausente da configuração familiar, faz jus ao lugar do pai distante. Dentro desse contexto, analisa-se que o mínimo de atenção dada por parte do pai aos seus filhos, apresenta-se satisfatório aos olhos da mãe.

A figura do pai apresenta-se distante da interação familiar por vários motivos, dentre os quais podemos citar: a influência histórica dos padrões familiares patriarcal e burguês, a falta de interesse do pai pelos filhos, a dificuldade de entendimento entre os genitores, porém deseja-se ressaltar a existência da falta de percepção da importância da participação da figura paterna na formação do cotidiano dos filhos.

6.5.2 A Justiça

De acordo com a lei, as crianças e adolescentes têm direito a uma pensão alimentícia para pelo(a) genitor(a) mensalmente, quando ocorre a separação do casal e mediante a comprovação da paternidade através do Registro de Nascimento ou do exame de DNA. Sobre a questão jurídico, apresenta-se os seguintes relatos:

Já vai fazer sete anos que eu entrei com o pai de meu filho, pra ajuda, mas a justiça nunca fez nada. E o da Alita, também, tem cinco anos que eu entrei com ele. Ele veio aqui, ele foi preso por causa da pensão. A família dele teve aqui procurando, aí, porque tava com dois mil e tantos reais e se eu tirasse esses dois mil reais, eles iriam me ajudar para R\$30,00 reais por mês da pensão dela. Fui lá e retirei a queixa, isso foi em dezembro do ano passado, e ele nunca veio aqui nem depois disso, nem pra vê a menina. Aí, eu peguei e fui lá no Fórum, falei pra eles que tinha assinado um papel em branco, como se ele tivesse pagado, eles falaram que eu não devia ter feito isso.[...], aí falou assim que era pra mim volta lá, só que aí, quando eu voltei, eles pegou e falou que o meu processo tava arquivado, que aí, era só em fevereiro de 2003. Mas eu não acredito sabe, que eles vão fazer alguma coisa pra me ajudar porque já tem muitos anos que eu mexo com isso, e eles nunca fez nada pra me ajudar (Amélia).

Eu até liguei pra ele essa semana, e falei pra ele se ele não manda (dinheiro), eu vou entra, porque é apertado só pra mim cuida dos meus filhos[...] agora no dia primeiro eu vou leva o pai da outra na lei também, o pai de Bianca (Beatriz).

É ruim, né, mexe com justiça. Ele também não ajuda mais porque ganha pouco, não pode né, senão ele ajudava(Celina).

Aí, pelo advogado, ele tem que dá a pensão dos meninos. Tem vez, que eu mando prendê, a hora que tá prendendo ele põe.[...] A pensão que ele dá, dá R\$ 60,00 real, R\$30,00 pra cada um. Mas é assim é um dinheiro assim, que eu nem conto com ele, nem conto. [...] igual assim, já vai fazer três mês que ele não põe, né. Aí, eu pego, vou lá, aí eles pega e manda uma carta pra ele, que aí eles prende né, sabe né, aí, eles manda uma carta, aí, é onde ele põe (Dora).

[...] eu não queria briga com ele na justiça, que eu acho tão pouco o que eu vejo que geralmente o pai dá [...]. Hoje mesmo eu fui conversa com o advogado, pra ver se o pai dela dá um jeito, uma ajuda pra ela, porque não faz nada, nunca deu nada (Eliana, sobre o pai de Edna).

Na relação de parentalidade, sempre há a certeza de quem é a mãe, quanto ao pai, pode ser instaurada uma dúvida. Desse modo há “uma construção de toda um arquitetura defensiva, legislativa e principalmente social que estabelece a paternidade de um homem em todas as suas conseqüências familiares e institucionais” (PARSEVAL, 1986, p.15).

Essas medidas são necessárias, para garantir aos filhos seus direitos, tais como: o reconhecimento e o sobrenome paterno, auxílio financeiro para o sustento dos filhos, direito a herança, entre outros.

Analisando-se os dados coletados, observa-se que a justiça é acionada principalmente quando o pai se encontra totalmente ausente. O depoimento de Amélia, demonstra que ela acionou a justiça somente para os filhos que não possuem contato com o pai, enquanto que para o pai de Aline, que a auxilia eventualmente nos cuidados da criança, não foi necessária a lei para regulamentar o processo de participação, mesmo que só financeira, do pai. O mesmo se observa na história de Elaine que apenas expressa desejo de entrar na justiça contra o pai de Edna, que se apresenta totalmente ausente.

Beatriz procurou o órgão judiciário para regularizar a situação de sua filha Bianca, cujo pai é totalmente ausente, e percebe-se que utiliza o meio legal como modo de pressionar Bonifácio a prestar auxílio aos seus filhos.

Dora relata que mesmo estando regularizada a pensão alimentícia dos seus filhos, Duarte e Débora, o pai se recusa a pagar, sendo necessário às vezes acionar a justiça para que o pai efetue o pagamento.

Celina não demonstra desejo de procurar a justiça, entrando em acordo com o pai das crianças.

6.5.3 Importância do pai sob olhar da mãe

eu acho importante dá um pouco de carinho, de atenção [...] O que eu mais desejava na vida era que os pais dele, desse um pouco de carinho pra eles. Eu acho que é a única coisa que eles tão precisando (Amélia).

Eu acho que a criança sente falta né [...] Ah! Sente falta do carinho do pai, de tá junto com ele (Beatriz).

Porque impõe mais respeito né. [...] Ajuda mais, né, porque a presença dos pais é melhor pra criar os filhos[...] é porque ajuda a criá, né, e a criança não fica assim tão desleixada, assim, falando que o pai foi embora, né (Celina).

Às vezes eu fico pensando assim não por mim, eu fico pensando é pelos meninos, porque ele sente muito sabe, e aí, a falta do pai, estes sente muito a falta do pai, então às vezes eu fico pensando, aí meu Deus do céu, porque é que não deu certo, né, porque que isso tinha que acontece, será que eu tinha de passa por isso, aí na mesma hora eu penso que eu não devia de te arrumado filho, porque ele que sofre né (Dora).

Igual meu menino, esse de 14 anos, eu tenho que fica Duarte!, eu tenho que ir na escola, tudo é eu, tudo é eu que tenho de resolve, eu tenho que ir na escola, eu tenho que vê as companhia dele, eu tenho que vê no serviço, eu tenho que ir lá e vê se tá trabalhando direito, então eu acho assim, se tivesse o pai, eu acho que o pai era bem melhor, sabe ele me ajudava, né. Agora tudo é eu, tudo (Dora).

Eu falei pra ele, você pode ter dez filhos, dez mulheres, mas os filhos vão continuar a ser seus filhos não é? [...] Se amanhã, eu vier a ter, não é porque eu tenho os meus filhos que eu penso assim, mas eu acho que qualquer mulher que fique com uma cara que tenha filho, seja quantos for, com quem for, eu acho que devia incentivar o pai a procurar os filhos e não tirá (Eliana).

Acho, né. Não tanto igual no caso pra mim que sou mãe, mas pros filhos né. Claro que é também para a mãe, digo financeiramente, emocionalmente, eu acho o mais importante, né, Também não é aquela coisa de mora na mesma casa, porque tem uns que mora na mesma casa mas não participa né, então não quer dizer nada, nada. Eu acho igual pra Edna, sente né. Eu sinto assim, por ela, não por mim, no fundo tem hora que a gente sente, às vezes você tem uma pessoa pra dividir, uma pessoa que você possa contar realmente, por não é aquela coisa de trazê arroz e feijão dentro de casa, porque eu acho que a gente , se a mulher tive coragem, realmente de trabalha, a gente consegue, pode passar dificuldade, mas a gente consegue. Mais é um ponto de apoio[...] (Eliana).

Através das falas da mãe, percebe-se a importância do pai, principalmente em relação a dois aspectos: o primeiro, seria o afeto, e o segundo a divisão de responsabilidades sobre os filhos.

Sob os olhares das mães entrevistadas o principal papel do pai é o de dar suporte emocional e afetivo aos filhos. Quatro dos cinco relatos abordam a questão da importância do afeto paterno, que seria uma função psicológica, segundo Osório (1996). O afeto é um alimento indispensável ao desenvolvimento e à manutenção do equilíbrio interno do sistema biológico do ser humano.

Outro aspecto relevante é a divisão das responsabilidades. Na ausência do cônjuge, na estrutura familiar monoparental feminina, geralmente, é a mãe a responsável para tomar todas as decisões relativas a questões sócio-econômico-educacionais de seu filhos. Com o companheiro ausente, às vezes não há com quem dialogar, com quem compartilhar alegrias, tristezas, preocupações, trocar idéias sobre a educação e direcionamento futuro dos filhos. Isto, para as mães apresentam como uma 'carga pesada', que seria amenizada se houvesse a participação do pai nesta interação familiar.

À mulher é imposta uma gama de atribuições cotidianas e responsabilidades sociais. Permanece ao seu encargo solucionar as questões e situações diárias que ocorrem na família.

Nessas famílias monoparentais, o desempenho do papel pai/mãe está centralizado em uma só pessoa, aumentando a sobrecarga no educar, prover, socializar, suprir necessidades afetivas e materiais da família, assim como no exercício de autoridade, na imposição de limites aos filhos quando em fase de desenvolvimento (CADERNOS DE AÇÃO, 1994, p.22).

Pode ocorrer que essa diversidade de funções acumulada pela mãe, dificulte o seu desempenho dos diversos papéis que lhe são atribuídos.

6.5.4 A falta do pai

Sabe ele me deu muito trabalho, o Alan, quando ele tava na creche, até o ano passado ele me deu muito trabalho, por causa disso. Ele era uma criança triste, carente, ele via outros pais buscando criança na creche, ele sempre me perguntava porque o pai dele não ia busca ele também. Sabe, eu sempre arrumava uma desculpa, falava que ele tava trabalhando, que era isso, que era aquilo. Sempre sentiu falta de ter um pai pra ele, sabe, chegar em casa, ter o pai dele sabe, conversar, alguém conversando com ele. Hoje, ele tem isso sabe, o cara com que eu tô chega, participa, vê ele, trata ele bem, dá beijinho nele, conversa com ele pergunta se tá bem, como é que ele foi na escola, eu acho que isso é importante agora (Amélia).

Beatriz fala que sobre sua filha Brígida de 5 anos:

Nossa, ela fala dele todo dia.[..]Eu falo pra ela, olha, seu pai foi embora, seu pai tá trabalhando lá no Mato Grosso. Ela fala, aí, eu vou embora com ele. Ela era muito agarrada com ele

Sobre se os outros filhos demonstram a falta do pai, ela relata:

Ah! Dá pra nota né. Ah! Assim, eles fica nervoso, assim sabe, igual a menina pergunta porque que o pai dela não tá aqui com ela.

[...] porque quando a gente separou o grande tava com três aninho. Aí, ele teve que fazer um tratamento de psicólogo, sabe, ele ficou, sabe, ele gostava muito do pai dele, então ele levantava de noite e falava assim: - mãe, meu pai chegou. - Não filho, seu pai não tá aí não. Nossa sabe, ele ficava assim, meu pai, eu quero meu pai, e aí ele ficou assim, sei lá, ele só falava no pai dele, no pai dele, aí, ele fez seis meses no psicólogo[...] (Dora, lembrando após a separação, quando seu filho era pequeno).

A mulher dele tem uma menina que e do tamanho, da idade de Duarte, a menina chama ele de pai, só que 'não é filha dele, aí ele pega e fala assim: - olha mãe, eu detesto essa Dalila, ela fica falando só porque eu chego lá, ela fala assim, - pai, pai, pai, - aí eu não gosto que ela fica chamando ele de pai, não é pai sabe. Ele sente sabe, eu acho assim, eu converso muito com ele. Agora com a menina, a menina já foi criada sem pai, então ela, então ela fica mais assim, ela não é muito fã dele não (Dora, sobre seus filhos mais velhos atualmente).

[...] a menina fez três anos e, aí ela via o pai dos outros e me perguntava: - mãe, cadê meu pai? Seu pai tá viajando, eu sempre falava pra ele, seu pai tá viajando, um dia seu pai vai vim tê vê. - Mãe, que dia meu pai vai vim? Não Filha, um dia seu pai vem (Dora relata sobre as perguntas que sua filha caçula fazia, antes de conhecer o pai).

[...] Igual a Diana, que ela não tem contato muito, contato com o pai dela, não convive com ele, que ele mora fora né. Quando ele liga, parece que ela fica acho que deprimida, ela começa a chorar, ela fica perguntando as coisa dele, sabe, e às vezes também quando ela tá muito ansiosa ela fica falando assim: Ai, mãe , meu pai tem isso, meu pai vai me ensina isso. Igual esses dia, nos estava lá embaixo, ela falou assim: - Mãe, sente o cheiro do meu pai, Olha! O perfume dele. Ela fica imaginando, fica vendo o pai dela. Ela fala assim: - Mãe! Lá na casa do meu pai tem isso, lá na casa do meu pai tem aquilo, meu pai vai fazer isso pra mim. Não sei se ela é mais pequena, mas ela fica muito assim (Dora, relatando o comportamento de sua filha Diana após conhecer seu pai e estreitar o relacionamento).

[...] ela sente, igual ela fala que queria te ele por perto, aquela coisa né de família, sabe, teria ter como amigo dela sabe, aquela coisa que ela nunca tece. Que teve muito pouquinho sabe (Eliana).

Através das declarações prestadas pelas mães, observa-se que os filhos expressam através de comportamentos verbais e não-verbais (atitudes, sentimentos, entre outros) a falta da participação do pai na dinâmica familiar. Percebe-se que essa ausência é expressa através da alteração no comportamento padrão dos filhos: tristeza, fantasias, ciúme, entre outros.

Os filhos expressam principalmente a falta de contato e de envolvimento afetivo com o pai, que se apresenta uma figura distante e até idealizada.

A mãe, além de lidar com o seu próprio sentimento a respeito do que a ausência do companheiro lhe impõe e também com as conseqüências desse fato, deve conseguir lidar com esse sentimento e suas manifestações presentes na esfera filial, não possuindo auxílio profissional ou orientação especializada para lidar com tais situações.

A falta do pai é amenizada pela presença de uma pessoa que substitui temporariamente a figura paterna. De acordo com a literatura estudada, a ausência do pai pode ter menores conseqüências, quando um tio, avô, amigo ou namorado da mãe, ou seja, uma figura masculina que faça parte do universo da criança possa conviver com ela, dando-lhe atenção e auxiliando-a na construção de sua identidade. Dentre os sujeitos pesquisados, apenas Amélia declara haver uma figura masculina que tem representatividade paterna na interação familiar.

Percebe-se, ainda, nesses depoimentos que a falta de comprometimento paterno com os filhos, de cultivo dos laços afetivos e a falta de participação no processo de desenvolvimento dos filhos em suas diversas etapas, influencia a interação familiar monoparental.

6.6 Ser chefe de família

Sobre a experiência de ser chefe de família, as entrevistadas apontam alguns fatores dificultadores, que serão explorados nos depoimentos abaixo:

A única dificuldade assim sabe, porque chega sábado, assim domingo, às vezes, minha mãe não pode olhar eles pra mim, principalmente no sábado, que eu saio, que eu trabalho, porque domingo, nem é todo domingo, eu tenho que deixa eles aqui sozinho. E isso...Eu sei que é errado, que é contra lei. Eu tenho já problema com o juizado de menor por causa disso. E um pouco também, é o povo da rua, sabe, os vizinho preocupa muito com a hora que eu saio, a hora que eu chego, sabe, ele não tão preocupado como que eu tô fazendo, se eu tô trabalhando ou não, eles tão preocupado em sabe se eu tô pra rua, se eu largo os meus filhos sozinho, mas também não oferece pra vim ajuda a olha não, só se preocupa em me denuncia sabe. E outra coisa assim, é dificuldade também um pouco, eu passo. Eu não passo dificuldade, eu passo é apertada. Tem mês que eu passo bastante apertado[...] (Amélia).

O mais difícil que eu acho, eu acho assim educá, fazê tudo sozinha, o tratá ... alimentação (Beatriz).

A gente acostuma [...] Eu acho que tem gente pior, né (Celina).

Eu achei assim, eu achei dificuldade quando eu tive que pensa, nossa, agora não vou tê mais ajuda de ninguém, se eu tivesse marido, ia tê, aí tinha que dividi, né, agora não, agora vai ter que ser tudo eu (Dora).

Tudo é muito difícil[...] Igual, por exemplo eu não posso trabalhar jamais se tiver com um salário, até com dois salários, igual quando eu tava com dois salários eu não podia compra nada, nada que não fosse comprar comida, pagar água, luz e aluguel, né (Eliana).

Uma das dificuldades apontadas pelas entrevistadas em ser chefe de família monoparental refere-se ao recurso financeiro insuficiente para suprir as necessidades de manutenção familiar: a preocupação em obter o capital necessário para prover as necessidades de alimentação e moradia familiar, visto que as outras necessidades (vestuário, lazer, entre outros) se apresentam em segundo plano.

Outro aspecto apontado refere-se `a questão da divisão de responsabilidades, fato anteriormente comentado. Percebe-se que as mulheres se sentem sozinhas para arcar com a responsabilidades de educação e manutenção familiar.

Como aspecto positivo, Dora relata sobre a liberdade na tomada de decisões.

[...] `as vezes, às vezes, quando eu não tô muito apertada, aí é bom...Aí, eu não tê homem pra me enchê o saco, pra mim briga, pra me mandá, sabe, né (Dora).

A historiografia nos mostra que, até pouco tempo atrás, a ideologia reinante pregava a submissão da mulher ao homem, através da educação, da religião e dos meios de comunicação. Dora, em sua fala nos apresenta uma cultura de que o homem é que comanda o sistema familiar, estando a mulher subordinada a seus mandos e decisões, sendo que quando este não está presente na configuração familiar, a mulher se apresenta livre para a tomada de decisões.

6.7 A socialização

Segundo a historiografia brasileira, a mulher era a responsável pela educação de seus filhos, porém deveria seguir as determinações impostas pelo marido, e pelas normas sociais da época. Essas regras, atendiam aos valores vigentes nas instituições sociais e deviam ser obedecidas cegamente pelas mulheres, sob o risco de não ser considerada uma boa mãe.

Com as transformações da sociedade, a rigidez dos papéis sexuais foi flexibilizada, a mulher alcançou a sua emancipação e independência econômica, libertando-se da submissão ao marido, mesmo que este ainda possuísse um lugar de estatus e autoridade em relação às questões familiares.

Com o número crescente de famílias monoparentais e a ausência da figura masculina no âmbito doméstico, a mulher assume a responsabilidade de determinar os valores que deverão ser apreendidos pelos filhos.

Desse modo, procurou-se realizar questionamentos relacionados aos valores existentes na instituição familiar, principalmente quanto à educação dos filhos, buscando-se descobrir quais os valores que essas mulheres acreditam serem importantes transmitir aos seus filhos.

Ah! Sabe respeitar as pessoas... Eu acho que o importante mesmo é respeitar as pessoas[...] Eu gosto muito de respeito é o que eu tento transmitir pra eles [...] (Amélia).

[...] eu tento ser amiga deles, eu não trato eles como meus filhos, eu tento ser amiga, eu explico a eles o que que é a vida sabe, porque eu não quero que um dia, um filho seja usando drogas, que a minha filha seja uma prostituta, eu tento explica, eu sento com eles converso muito, eles fala assim: - Ah! Porque a criança é pequena e você não deve ficar falando sobre essas coisa com ele. Não, porque hoje em dia eu vejo muito, sabe, criança, bendizê, criança de 10 anos, sabe, fumando maconha, abandona a escola, por causa de droga, fica

abandonada aí na rua pedindo as coisas pros outros, então, eu sento muito com eles e o que eu ensino muito pra eles também é não aceita nada de ninguém, eu falo pra eles, vocês tem que confia em mim que sou mãe de vocês, se chegar uma pessoa estranha perto de vocês e oferecer uma bala, não aceita, eles, nesse ponto aí eles me obedecem. Sabe eu não gosto que eles ficam saindo pra rua, gosto que eles fiquem mais dentro de casa. [...] (Amélia).

Estudar, muita coisa[...] Ah! Eu falo sobre que eles tem que estuda, que hoje em dia se eles não estuda, eles não tem um bom emprego, pra eles não enrola com `mala` (Beatriz).

Primeiro a religião, né, a educação, o estudo, né. [...] pra não meche com droga mais tarde, sair pra rua, né (Celina).

[...] igual, eu converso demais com eles, eu sou liberal com eles demais, meu menino então, eu converso sobre AIDS, sobre drogas. [...] Primeiramente a gente tem que vê o estudo porque, a minha menina, eu falo pra ela: - Débora , você que ser igual a mãe! A mãe, não era pra mim te parado de estuda, se eu tivesse estudado formado, eu acho que eu não tava lavando e faxinando aí, igual eu fico fazendo esse serviço aí. Vocês tem que estuda. Eu falo assim, primeiro a gente tem que vê o estudo pra gente ser alguma coisa na vida, é estuda. Estudo (Dora).

[...] Responsabilidade, tem que ter responsabilidade na vida, estudar. [...] eu procuro , o pouco que eu esto com eles dá atenção, conversar, participar de tudo, né, sabe de tudo que está acontecendo[...] (Eliana).

Percebe-se que a mãe aparece como elemento central na rotina diária e no discurso acerca da família e da socialização. É ela quem recebe informações do meio no qual habita, através do convívio com colegas, patrões, família, profissionais diversos (médicos, enfermeiras, assistentes sociais, professores) e veículos de comunicação que também veiculam informações acerca dos cuidados maternos e educacionais, formando o seu patrimônio cultural e intelectual que tenta transmitir seus filhos.

A educação apresenta como um dos pontos centrais nos discursos das mães a seus filhos. O estudo se define, como o sinalizador de uma `vida mais fácil`, pois seria viabilizador de um emprego mais qualificado e melhor remunerado. Ao estudo

está relacionada a possibilidade de ascensão social, de conseguir maiores recursos monetários como condição de vida melhor .

A questão da dependência química se apresenta como fator preocupante. Das entrevistadas três apontam que esclarecem e preocupam com a questão das drogas.

A tarefa socializadora assenta-se, de maneira geral, na experiência particular de socialização, na infância, na família de origem, aliada a própria vivência posterior de cada um deles. Todavia, dificuldades e/ou facilidades dependem, não tenho dúvida, das condições sócio-culturais-econômicas dos grupos domésticos específicos (GOMES, 1994, p.58).

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O presente trabalho permitiu a recuperação dos dados historiográficos sobre a instituição familiar no Brasil, revelou que, paralelamente às famílias patriarcal e burguesa, coexistiu uma diversidade de arranjos familiares, porém não eram reconhecidos oficialmente como famílias, dentre elas as famílias monoparentais femininas. Mostrou, também, que, ao lado das mulheres que seguiam os ditames comportamentais vigentes na sociedade existiram mulheres que não viviam de acordo com os valores vigentes, devido a particularidades de sua realidade e contexto sócio-econômico e cultural.

Percebeu-se a existência da mulher destinada ao recolhimento do lar, com as funções de filha, esposa, mãe e supervisora das atividades domésticas e cuidados com os filhos, submissa aos ditames de pai e, posteriormente passando para a tutela do marido, e, também, a existência de uma mulher participante e contribuinte na economia e manutenção do lar, que era obrigada a trabalhar para auxiliar no sustento familiar. Apresentou-se a vida das escravas, das índias, das mulheres na colônia, nas famílias patriarcal e burguesa, e em alguns estados do país, demonstrando as suas vinculações com as ideologias, normas e padrões de condutas vigente em cada época, desmistificando a existência somente da figura feminina destinada aos cuidados do lar e dos filhos.

Apesar da produção ideológica secular, as transformações ocorridas na sociedade, modificaram as relações familiares. A família contemporânea entrou em cena, apresentando novas características e arranjos familiares, que ressurgiram da obscuridade da sociedade.

Dentro deste contexto, a pesquisa realizada com as famílias monoparentais femininas pobres, nos revelou alguns pontos interessantes.

As histórias de vidas dos sujeitos estudados, nos mostram que essas mulheres realizaram várias tentativas de relacionamentos, revelando a busca de um companheiro estável e de uma convivência duradoura, e o desejo de 'recomeçar', o que subjetivamente pode indicar a busca da reprodução do modelo de família nuclear, do 'amor romântico', conjugado a uma busca pela felicidade.

Percebeu-se que as mulheres assumem a total responsabilidade pelos cuidados com os filhos, sendo as mães-chefes de família a principal provedora econômica e a promotora da educação e socialização dos filhos. A participação da família, quando ocorre, se realiza principalmente em situações de maior necessidade.

O trabalho é encarado como um 'meio de se ganhar a vida'. Meio necessário e vital para se conseguir obter o sustento familiar. É através do trabalho que se obtém a principal fonte de renda, sendo necessário muitas das vezes a realização de serviços extras para complementar o orçamento familiar.

Todas as famílias entrevistadas são usuárias das creches municipais de Uberaba. Excetuando-se esse fato, não se percebeu uma participação relevante de organizações governamentais e não-governamentais no cotidiano familiar monoparental, denotando a ausência de políticas públicas destinadas ao atendimento deste segmento.

No tocante a participação paterna no âmbito familiar, verificou-se, uma presença tênue, e o pouco envolvimento nas questões familiares. Após a separação conjugal, as mulheres assumem para si a responsabilidade dos cuidados com os

filhos. A maior parte dos pais permanecem totalmente ausentes das interações familiares, sendo que a outra parte se apresenta como uma figura periférica, que participa eventualmente da dinâmica familiar. Percebeu-se a reprodução ideológica dos padrões vivenciados pelas famílias patriarcal e burguês, estando a mulher responsável pelo lar e destinada aos cuidados com os filhos e o homem distante das relações familiares, sendo que neste caso, a mulher também exerce a função de provedora econômica, sendo condicionada a trabalhar para manter a sobrevivência familiar.

Sob o olhar das mulheres entrevistadas, a principal importância do pai em uma interação familiar seria o envolvimento afetivo-emocional dos pais com os filhos. Há um chamado para a construção do lugar de um pai mais presente e participante nas relações pai-filho. O homem deve redescobrir-se como pai e se inteirar da relevância de sua participação nas relações familiares.

Destacou-se o fato de que os pais que possuem contato com seus filhos, mesmo sendo esporádicos, não foram levados ao âmbito jurídico pelas mães, a fim de regularizar a pensão alimentícia e a situação dos filhos, visto que este contato com os filhos, se apresenta satisfatório para a mãe. A justiça é um canal utilizado pelas mulheres para buscar o pai ausente, chamando-o a assumir as suas responsabilidades de educação e manutenção dos filhos.

A falta de recursos financeiros é o principal ponto dificultador da mãe-chefe de família, seguido do fato de assumirem sozinhas o direcionamento e as responsabilidades do lar. A falta de uma pessoa para dividir as despesas financeiras e as tomadas de decisão, bem como para auxiliar na educação dos filhos é apontada

pelas mães como as maiores dificuldades da chefia familiar feminina. O modelo subjacente do pai-provedor, apresentado nos modelos da família patriarcal e burguesa, se apresenta em nova investidura, pois o homem além da contribuição financeira é convidado a participar de uma renovada conjugalidade, onde ocorre o compartilhamento de papéis nas interações familiares.

Dentre a transmissão de valores aos filhos, destacou-se a importância do estudo, sendo este condicionado a conquista de uma melhor condição de vida, e de acesso a um emprego mais bem remunerado. Tal fato reflete a influência dos impactos das políticas públicas e dos direcionamentos governamentais na esfera familiar. A acirrada concorrência pelos postos de trabalho, condiciona a necessidade de uma qualificação constante para conquistar um lugar no mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação e a escolarização, na concepção destas mulheres, aparecem como única possibilidade de acesso a um emprego melhor e uma maior remuneração.

Espera-se ter contribuído com esta investigação para uma melhor visualização da realidade vivenciada pelas famílias monoparentais femininas pobres, clarificando o cotidiano, as particularidades e as necessidades dos lares chefiados por mulheres, e de ter colaborado para a construção de um novo olhar sobre as famílias monoparentais femininas, visto que uma das dificuldades encontradas neste estudo foi a obtenção de material que aborda sobre esse universo.

Tem-se como intenção também, que as considerações finais, possam ser a semente de novos questionamentos, novas frentes de investigação e abordagens, no rico universo desta temática.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY & SALAS. **A paternidade – um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ABREU, H. B. As novas configurações da sociedade contemporânea. In: O significado sócio - histórico das transformações da sociedade contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 01, Brasília, CEAD, 1999.

ANDOLFI, M. D. **A terapia familiar: um enfoque interacional**. Campinas: Workshopsy, 1996.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARROYO, A P M. **A concepção de família para os assistentes sociais**. Franca: FHDSS. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1997.

BACH, J.M. **O futura da família: Tendências e perspectiva**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BARROS, A. J. P. LEHFELD, N. A .S. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELTRÃO, P. C. **Sociologia da Família Contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1973.

CADERNOS DE AÇÃO. Serviços de Proteção familiar. **Revisitando a Família**. São Paulo: IEE, CBIA. Dezembro .1994.

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL. **Família**. Campinas: PUCCAMP. Faculdade de Serviço social. Ano II, nº11, 1997. NUPOSS – Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social.

CALDERÓN, A. I; GUIMARÃES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social e Sociedade**. nº 46, ano XV, São Paulo: Cortez, dezembro, 1994.

CANEVACCI, M. **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, M. do C. B. de . **A família contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez , 1995.

_____. Construindo o saber – Metodologia Científica – Fundamentos e técnicas. Campinas: Papyrus, 1989.

CASEY, J. **A História da Família**. São Paulo: Ática, 1992.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BOGUS, L; YASBEK, M. C; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org.). **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CEZIMBRA, M. A nova produção independente. **O Globo**, São Paulo, ago.1999. Disponível em : <<http://www.editoraglobo.com.br>>. Acesso em: 25 de novembro de 2001.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **A Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de mar.1999. Caderno Mais, p.3.

CHINALI, I. G. REZENDE, C. B. Chefia feminina e provisão econômica. In: **Anais do 1º Fórum Sócio-Jurídico: Os dez anos do Centro Jurídico Social**. Franca: UNESP-FHDSS, 2001.

COLLANGE, C. **Defina uma família**. Tradução de Mário Fondeli. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

CORNEAU, G. **Pai ausente filho carente: O que aconteceu com os homens?** São Paulo: Brasiliense.1997.

CORREA, M. Repensando a Família Patriarca Brasileira. In: Almeida, M. S. K. et al. **Colcha de Retalhos - Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.1982.

COUTINHO, P. dos R. **Uberaba, Matriz do Brasil Central**. Uberaba : Arquivo Público Municipal de Uberaba: Prefeitura Municipal de Uberaba. 17 p. texto, s. d.

DEMO, P. **Combate à Pobreza**. Campinas:Autores Associados,1996.

_____. **Pobreza Política**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Charme da Exclusão Social**. Campinas. SP. Autores Associados. 1998

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Zahar,1996.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FALCI, M.K. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). **Famílias chefiadas por mulheres** – São Paulo:SEADE, 1993 - (Análises especiais).

GADOTTI, M. **Dialética do amor paterno: do amor pelos meus filhos ao amor por todas as crianças**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo nº 15. 5 ed.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 206p.

GOODE, W. J. **A Família**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

GOLDANI, A. M. As famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91,p.7-22, nov, 1994

GOMES, J. V. Socialização Primária: Tarefa familiar. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p.54-61, nov.1994

GONÇALVES, C. R. **Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 1998.

GUARESCHI, P.A & GRISCI, C.L.F. **A fala do trabalhador**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.71, p.102-120, 2002.

GUY, C. **Pai ausente, filho carente: o que aconteceu com os homens?**1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.197p.tradução Lucia Jahn.

FILHO, M. J. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania.** Franca: 1998. 295p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP.

FILHO, M. J. **Participação Social na Educação : Desafios à Cidadania.** São Paulo: 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - PUCCAMP.

HAGUETE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 7.ed .Petrópolis: Vozes, 2000.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a Base de tudo.** 3. ed. São Paulo: Cortez,1998.

LASCH, C. **Refúgio Num Mundo Sem Coração - A família: santuário ou instituição sitiada?** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LATRY, C. **O pai.** out.1995. Disponível em :
<http://www.symbolon.com.br/html/artigos/o_pai.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2000.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Modulo 02. Brasília, CEAD, 1999.

MACEDO, R.M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n.91, p.62-68, nov.1994.

MALPIQUE, Celeste. **A ausência do pai.** Biblioteca das Ciências do Homem. 2ª ed. Porto. Portugal: Afrontamentos, 1990.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras,1999.

MARTÍNEZ, N. Z. **O papel da Paternidade e a Padrectomia Pós-Divórcio**. Chillán, ago.1999. Disponível em :
<<http://www.pailegal.net>>. Acesso em: 25 de novembro de 2001.
<<http://www.geocities.com/papahijo2000/tesis.html>>. Acesso em 30 de julho de 2003.

MIERMONT, Jacques e cols. **Dicionário de terapias familiares: teorias e práticas**. Tradução de Carlos Arturo-Molina-Loz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994,613p.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes,1994.

_____. **O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social : contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.55, p.114-129 , 1997.

NADER, M. B. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. 1.ed. Vitória: EDUFES,1997.

MUSSEN, P. H. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: HARBRA, 1994.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 1998.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Roxo, 1995, 187p.

OSÓRIO, L.C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PARSEVAL, G. D. de. **A parte do pai**. Porto Alegre: L&PM,1986.

PAZ, R.D.O. As organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social. In: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 02. Brasília, CEAD, 1999.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, P. A .P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: O significado sócio – histórico das transformações da sociedade contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 01, Brasília, CEAD, 1999.

PETRAS, J. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo. SP. Xamã. VM.1999.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, I. RIBEIRO, A. C. T. **Família e Desafios na Sociedade Brasileira: Valores como um ângulo de análise**. Rio de Janeiro: Centro João XXIII. 2002.

RIBEIRO, M. R. et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 1998.

SAMARA, E. N. **A Família Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, L.M.R. **Serviço Social e Família: A legitimação de uma ideologia**. São Paulo: Cortez,1992.

SILVA, M. B. N. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

SZYMANSKI, H. Trabalhando com famílias. Caderno de ação nº 01, IEE/CBIA, São Paulo, mar.,1993.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.71, p.09-25, 2002.

SILVEIRA, E da. Não basta ser pai. **Saúde**, set.2000.
Disponível em: <[http:// www.apase.com.br](http://www.apase.com.br)>. Acesso em:22 jul.2002.

SHORTER, E. **A Formação da Família Moderna**. Lisboa –Portugal: Terramar, 1975.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

SOIBET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSATI, A. “Globalização da economia e processos de exclusão social”. In: O significado sócio – histórico das transformações da sociedade contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 01, pg 67, Brasília, CEAD, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VENÂNCIO, R.P. Maternidade negada. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.71, p.45-62, 2002.

VIZZOTTO, M. M. **Ausência paterna e suas associações á psicodinâmica e ao aproveitamento escolar da criança.** Campinas. S.P. 1988, 203 p. Dissertação de Mestrado em psicologia Clínica. PUC. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão Família. **_Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n.55, p.74-83 , 1997.

YASBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez,1993.

ANEXO I

Roteiro de perguntas

- Fale sobre o seu trabalho e a importância para o seu sustento familiar.
- Utiliza recursos provenientes de Organizações Governamentais e Não Governamentais ?
- Comente sobre a participação da família de origem e da família ampliada na sua dinâmica familiar.
- Como se realiza a participação do pai na interação familiar ?
- Já procurou a Justiça?
- A presença do pai é importante? Comente.
- Como é ser chefe de família?
- O que você considera importante transmitir aos seus filhos?

ANEXO II

Autorização

Com o objetivo de contribuir com o trabalho monográfico intitulado “Famílias chefiadas por mulheres: um olhar sobre o funcionamento deste tipo de arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG “, realizado pela assistente social Luciana de Castro Álvares, aluna do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus Franca, autorizo a divulgação dos dados e informações por mim fornecidos. O sigilo sobre a identidade de minha família e de minha pessoa deverá ser mantido.

Uberaba, _____ de _____ de 2002.

Assinatura: _____